



## Brasil, 1º de abril

Documentos liberados nos EUA revelam a trama do golpe

# Os papéis da CIA

No dia 30 de março - 24 horas antes do golpe de 1964 - a Central Intelligence Agency (CIA) assegurava a Washington que era iminente a queda de Goulart. Os documentos secretos da época, saneados segundo critérios dos órgãos de segurança americanos, são disponíveis hoje na Biblioteca Lindoln Johnson, do Texas: revelam o quanto os Estados Unidos sabiam, mas, sobretudo, o quanto seus agentes estavam envolvidos na conspiração golpista.

Ao descartar virtualmente "a possibilidade de uma solução legal", o telegrama da CIA do dia 30 de março informava que o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, assumiria a coordenação do movimento, com o apoio dos governadores de São Paulo, Guanabara (que depois se fundiria ao Rio de Janeiro), Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina "e, possivelmente, Bahia e Rio Grande do Norte". De acordo com os agentes da CIA, a posição do Governador Miguel Arrais, de Pernambuco, em favor da legalidade, era "uma questão marcante".

A CIA estava também preocupada com os desdobramentos da operação militar. O problema específico do abastecimento de petróleo era devidamente considerado, uma vez que, segundo informações recolhidas, "os comunistas controlavam portos e ferrovias, embora não mantivessem o controle das estradas". Em vários estados, as reservas de petróleo se circunscriviam "ao mínimo, só dando para o consumo normal de um dia". Os democratas (essa a denominação da CIA para os golpistas) poderiam, presumia o relatório abastecer-se no Porto e Vitória (a Esquadra americana do Caribe rumava, então, para a costa do Espírito Santo).

O documento, de caráter secreto na época, culmina uma série de relatórios sobre a conspiração e os diferentes caminhos propostos para a deposição de Goulart. No dia 30, segundo a CIA, outros fatos eram relevantes: 1. Goulart "esperava demitir brevemente o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que estava hospitalizado, com uma doença grave, e provavelmente o substituiria pelo General Ladário Teles". Isso seria "o estopim" do movimento militar, para o qual, entretanto, não havia ainda hora nem data marcada, embora fosse iminente.

Os agentes da CIA faziam outras considerações: estava prevista para o dia seguinte (31 de março), uma grande concentração de camponeses em Governador Valadares, MG, "o que poderia precipitar" a ação golpista.

O golpe contra Goulart estava em marcha e a cena militar mudava com rapidez. No mesmo dia 30 de março, à noite, um informe confidencial, transmitido com a rubrica de urgente para Washington, revelava que o golpe poderia ser desfechado "nas próximas oito horas". Não havia, porém, uma informação concreta sobre onde ele começaria. Acreditava-se que o movimento partiria de Minas Gerais (como, aliás, veio a acontecer), enquanto, em São Paulo, se prenderiam "conhecidos esquerdistas". A CIA insistia em que o dispositivo militar e político de Goulart se deteriorara, no rastro da rebelião dos marinheiros e do conseqüente protesto do Almirantado. De acordo com o informe, Goulart estava isolado, só contando com o apoio de uns poucos "oficiais esquerdistas". "Em nossa opinião" - acrescentava o informe - "a rebelião militar se desencadeará nas próximas horas".

O informe revelava ainda que o General Amauri Kruehl fora procurado por jovens oficiais do II Exército que lhe afirmaram que o movimento seria deflagrado "com ou sem a sua liderança".

Fechando o telex, dirigido aos escritórios da CIA em Washington, os agentes americanos diziam: "Outra observação indicativa da atmosfera: pela primeira vez, as mesmas fontes (de São Paulo) perguntaram qual a esquadra americana que poderia chegar, com segurança, ao Sul do País".

Na realidade, a CIA estava por dentro há longo tempo da conspiração militar no Brasil e a conhecia em detalhes. Um telegrama enviado a Washington no dia 15 de março de 1963 informava que, 48 horas antes, um grupo de militares havia decidido reunir-se na cidade fluminense de Petrópolis "para discutir planos de um golpe contra o Governo do Presidente João Goulart". Nesse documento, liberado por Washington no dia 17 de fevereiro de 1976, estavam indicados os participantes da futura reunião: General Nelson de Melo (o articulador), Amauri Kruehl, Ministro da Guerra de Goulart; Marechal Odílio Denis, Ministro da Guerra do Governo Jânio Quadros; Marechal Eurico Gaspar Dutra, antigo Presidente da República, e Almirante Silvío Heck, Ministro da Marinha do Governo Jânio Quadros. Da reunião, que se realizaria no dia 18 de março, participariam ainda "um outro almirante e dois generais da Força Aérea Brasileira", cujos nomes, entretanto, "a fonte" ainda não havia identificado.

O Marechal Odílio Denis reaparece nos telegramas da CIA no dia 5 de junho de 1963, em meio a algumas indiscrições: "No dia 3 de junho (de 1963), Odílio Denis, marechal reformado do Exército que vive no Rio de Janeiro, disse que tem toda a confiança no General Olímpio Mourão Filho, Comandante da 2ª Região Militar de São Paulo, e que aceita sua liderança no proposto movimento militar para derrubar a Administração Goulart. Denis disse ainda que Mourão poderia vir a ser reconhecido como o líder do movimento. Denis manifestou porém, uma crescente apreensão quanto à capacidade do General Nelson de Melo de conduzir qualquer ação militar, particularmente na área da Guanabara, devido aos seus freqüentes contatos com o antigo Presidente Juscelino Kubitschek. Denis comentou que o General (Oswaldo) Cordeiro de Farias "fala demais". "Denis deixou uma definitiva impressão de que ainda não há data fixada para a anunciada revolta", diz o informe.

No dia 4 de maio de 1963, mais um telegrama secreto da CIA para sua matriz, em Washington. De acordo com o documento, o General Olímpio Mourão Filho assumira, no dia 29 de abril (de 1963), a posição de "líder da organização militar que pretendia depor o Presidente João Goulart". Embora não fizesse referência à data do golpe, "Mourão disse que a data seria condicionada por dois fatores. Primeiro, se o Congresso Nacional fosse fechado, o golpe poderia ser desfechado imediatamente. Segundo: mesmo que o Congresso Nacional não fosse colocado em recesso forçado, o plano para o golpe poderia continuar até uma data definitiva. A seu ver, o golpe é considerado inevitável, "pois não há indicação de que a situação política melhore".

Segundo os agentes da CIA, que tinham intimo acesso às fontes mais importantes da cúpula militar, Mourão acrescentou que conseguira suporte para o golpe em grupos militares

Há vinte anos, o Brasil vivia o processo traumático de um golpe militar. Depunha-se o Presidente constitucional, começava o eclipse político do Congresso. Fatos graves, como o envolvimento no golpe do Governo americano (através da CIA e do Embaixador Lincoln Gordon) permaneceram ocultos pela censura e pela propaganda. Neste País de jovens, muitos não viveram esses episódios, outros deles não tiveram plena consciência. Houve os que foram enganados. A todos, nesta página e nas seguintes, se procura dizer a verdade, com a eloqüência dos fatos e testemunhos.



Na noite de 31, Goulart discursa no Rio. O golpe estava em marcha

Tudo se fez para impedir soluções nacionalistas e populares

# As reformas de base

No período de 1961-1964, as reformas estavam em todas as bocas e programas, só que com formulações e objetivos completamente opostos. A oposição conservadora defendia, basicamente, contenção dos salários, restrições ao crédito, eliminação dos subsídios e transferências, redução dos investimentos públicos e um grande afluxo de recursos externos.

As reformas de base, propostas pelo Governo Goulart ao Congresso Nacional e elaboradas por um Grupo de Trabalho coordenado pelo economista Cíbilis da Rocha Viana, apontavam num rumo exatamente oposto: - coordenação do planejamento nacional, como norma de governo, para consolidar as conquistas alcançadas e abrir novas fontes de progresso e riqueza;

- administração da dívida externa, que o Governo Goulart encontrou em US\$ 3 bilhões 800 milhões e reduziu para US\$ 3 bilhões 500 milhões, estabelecendo-se como princípio, nas negociações internacionais, que sua amortização jamais poderia ultrapassar o valor de 15 por cento da receita de exportações. Paralelamente, ajustar o vencimento dos depósitos à efetiva capacidade de pagamento, sem a menor lesão da soberania nacional;

- decreto de controle das remessas de lucros para o exterior e dos investimentos de capital estrangeiro;

- decreto de defesa das riquezas minerais e de cessação de alvarás de pesquisa e concessão de lavra a grandes grupos, o que contrariava disposições do Código de Minas e da Constituição Federal;

- decreto de monopólio das importações de petróleo para assegurar preços baixos de compra no mercado internacional e impedir a fraude dos sub e sobre-faturamentos;

- decreto do monopólio do refino para suprimir privilégios e fortalecer a Petrobrás;

- efetiva implantação e ativação da Eletrobrás;

- reforma agrária, sob a inspiração do princípio de que "a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força de direito de propriedade";

- decreto de desapropriação, por interesse social, das faixas de terras não cultivadas na extensão de 10 quilômetros ao longo das ro-

dovias e ferroviárias, dos açudes ou áreas beneficiadas por obras federais;

- valorização do trabalho contra todas as formas de exploração, no conceito de que deve ser a arma pacífica de eliminação de privilégios e desniveis insuportáveis. Uma política de salário decente e de emprego que acompanhe o crescimento demográfico. Regulamentação do direito de greve;

- reforma orçamentária e fiscal;

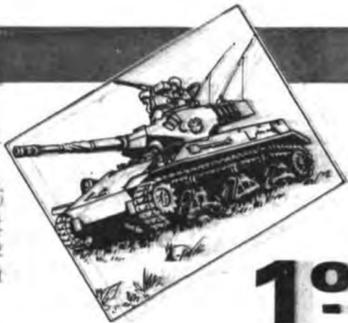
- reajuste da lei de reforma bancária, criando o Conselho Monetário Nacional;

- projeto de lei estabelecendo reformas administrativas;

- reformas políticas para assegurar o voto aos analfabetos, aos sargentos e praças das Forças Armadas e a instituição de plebiscito

para que a Nação decidisse sobre os projetos de reforma de base, muitas das quais só poderiam ser aprovadas mediante reforma constitucional.

O ex-Consultor-geral da República do Governo Goulart, Valdir Pires, que integrou o grupo de trabalho das reformas de base, diz, hoje, que "a última mensagem do Presidente João Goulart à Nação deve ser lembrada pela extraordinária atualidade da visão política nacional que exprimiu e dos compromissos sociais que assumiu baseado em princípios que continuam sendo essenciais e prioritários para terminar com a longa crise da sociedade brasileira, chegada atualmente ao último estágio da crueldade social e da dependência externa".



# Brasil, 1º de abril

No comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o Presidente João Goulart falou para uma multidão reunida pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e outras organizações sindicais, pregando a necessidade urgente das chamadas "reformas de base": agrária, política, urbana, universitária e — condição para a realização de todas elas — constitucional. "A Constituição é antiquada e não atende mais aos anseios do povo e do desenvolvimento da Nação", proclamou Goulart. Como prova de sua disposição, acabou de assinar os decretos de encampação das refinarias particulares de petróleo e de desapropriação das terras valorizadas por obras públicas, como estradas e açudes. E prometeu para breve o decreto de tabelamento dos aluguéis de imóveis desocupados, que assinou no dia seguinte.

A mensagem de Goulart ao Congresso, na abertura dos trabalhos legislativos, dia 15, confirmou todos os pontos levantados no comício. A reação foi imediata: "Isso que aí está é comunismo no duro", ergueram-se vozes em São Paulo. O Deputado udenista Pedro A. Leixo, líder da oposição, disse que estava atento àquilo que parecia ser "uma advertência ao Congresso".

A reforma agrária proposta pelo Governo ao Congresso atingiria todas as propriedades com mais de 50 hectares de terras não exploradas ou "parcelas não exploradas de propriedade parcialmente aproveitada, quando excederem a metade da área total"; a desapropriação seria feita mediante pagamento em títulos públicos reajustáveis, e não em dinheiro, o que exigia emenda constitucional. A reforma política estenderia o direito de voto aos analfabetos e às praças de praça, e o direito de elegibilidade aos sargentos, além de legalizar o Partido Comunista.

Já prevendo a reação negativa do Congresso, Goulart propôs também um plebiscito que confirmasse o desejo popular pelas reformas de base. O passo dado por Goulart no comício e na mensagem ao Congresso eram iniciativas arrojadas. A final, havia fortes evidências de que um golpe de Estado se armava. O Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, deu entrevista a um jornal americano, em outubro de 63, prevendo que o Governo cairia antes do fim do ano. Poucos dias depois, a Polícia do Exército encontrou dez metralhadoras americanas Thompson e algumas caixas de munição num sítio em Jacarepaguá, perto de uma propriedade de Jango. O sítio era de Alberto Pereira da Silva, amigo de Lacerda, e as armas (tão sofisticadas que o Exército brasileiro ainda não as conhecia) serviam para assassinar o Presidente, segundo se especulou na época. Se não chegasse a haver golpe de Estado, pelo menos era lícito pensar em guerra civil. "A mim-vos uns aos outros, porque nós já estamos armados", fulminava José Behring de Matos, representante do Centro Industrial do Rio de Janeiro, na reunião de encerramento da Convenção Nacional das Classes Produtoras, no Rio, um dia antes do comício da Central.

O Governo Goulart incentivara a criação de sindicatos rurais, que passaram de 300, em julho de 63, para cerca de 1.500, em março de 64. O Rio de Janeiro assistiu em 63 a cerca de 50 greves; nos primeiros meses de 64, eclodiram mais 17. O evidente avanço do movimento sindical, com organizações como o Pacto Sindical de Luta (PSL), no Rio e os Conselhos Permanentes das Organizações Sindicais (CPOS), em Salvador e Belo Horizonte, entre outras, não permitia ao Governo manter o salário dos trabalhadores abaixo da inflação, que em 63 ultrapassou os 80 por cento (índice considerado assustador, na época). Os empresários, por seu lado, cobravam medidas energéticas de contenção salarial e repressão às greves. O momento não era de conciliação. E João Goulart, a quem faltava apoio parlamentar em momentos críticos — como na tentativa de declarar estado de sítio para intervir na Guanabara, em outubro, após as declarações de Lacerda ao jornal americano —, buscou no comício da Central o apoio direto dos trabalha-

No dia 14, políticos udenistas chefiados por Pedro A. Leixo, Bilac Pinto e Ernani Sátiro reuniram-se para discutir o comício da Central e os pri-



A 13 de março de 1963, João Pinheiro Neto acena com a reforma agrária e João Goulart discursa, ao lado de Dona Maria Teresa.

## Do Comício da Central do Brasil ao Automóvel Clube Os últimos atos

meios passos da campanha pelo impedimento de João Goulart, que lançaram no dia seguinte, na reabertura do Congresso, "O Presidente da República deixou definitivamente configurados os crimes que justificam a medida do Poder Legislativo", disse A. Leixo. Para isso, a UDN contava com o apoio irretido do PSP de Ademar de Barros e outros partidos menores, e esperava sensibilizar boa parte do PSD.

A proposta não teve a repercussão esperada. No dia 16, 39 deputados do PSD — os chamados "agressivos", de tendência progressista — entregaram ao presidente nacional do Partido, A. Maranhão Peixoto, documento em que conclamavam seus correligionários a apoiar as reformas de base e assumir posições contra o impeachment de Goulart. O Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, considerou inofensiva a investida da UDN, pois, em sua opinião, a oposição já havia perdido o pequeno apoio popular que tinha e sua pregação não repercutia nas Forças Armadas. O Governador Seixas Dória mandou de Sergipe sua análise, sob a forma de sombrias premonições: "Se o Congresso não acudir ao chamamento do Presidente e não votar as reformas reclamadas pela consciência nacional, eu não sei se as instituições poderão chegar a 65 incólumes".

No mesmo dia, comemorava-se o terceiro aniversário da Aliança para o Progresso e o Presidente americano, Lyndon Johnson, prometeu em seu discurso "todo o poder dos Estados Unidos para ajudar qualquer país americano cuja liberdade seja ameaçada por forças dirigidas do exterior do continente". Os analistas políticos udenistas viram em suas palavras uma referência expressa à "ameaça comunista", endereçada principalmente ao Brasil. As relações diplomáticas e comerciais entre os dois governos atingiam, em março de 64, seu ponto de maior esfriamento. Depois de escaramuças em torno da encampação de companhias americanas inoperantes e da recusa brasileira em

votar a favor da invasão de Cuba, as verbas da Aliança para o Progresso eram agora enviadas diretamente de Washington para alguns Estados, como São Paulo e Guanabara.

Mas o dia 16 de março renderia outras manchetes além do discurso de Johnson. O comício do dia 13 parecia ter precipitado os acontecimentos. Assim, enquanto organizações como a Campanha da Mulher Democrática (Camde) e a União Cívica Feminina (UCF) marcavam para o dia 19, em São Paulo, a primeira Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, seis Comissões Nacionais de Trabalhadores decidiam que no IV Congresso Sindical Nacional, de 28 de julho a 1º de agosto, no Rio, seria criada uma Central Sindical dos Trabalhadores Brasileiros — uma forma acabada da qual o CGT era um embrião. No mesmo dia, o Ministério da Justiça anunciou intervenção federal na Divisão de Polícia Marítima, a área de Fronteiras (DPMF) do Estado da Guanabara, voltando a despertar a indignação do Governador. "Trata-se de uma nova e imunda provocação totalitária. A guerra revolucionária está se aprofundando", disse Lacerda.

Mas os acontecimentos mais explosivos do dia 16 de março estavam por vir. O Comando Geral dos Trabalhadores determinou a realização de assembleias em todas as entidades sindicais, ameaçando responder com greve a qualquer tentativa do Congresso de depôr Jango. Em manifesto, o CGT exigia a votação das reformas de base e a aplicação "efetiva e imediata" da lei que limitava a remessa de lucros para o exterior, aprovada em fins de 61. O jornal *Correio da Manhã* registrou: "O ultimato do CGT ao Congresso representou uma autêntica bomba nos círculos militares, inclusive naqueles que apóiam a ação do Governo de República".

Bombas verdadeiras, além das rajadas de metralhadoras, foi o que encontrou no mesmo dia o diretor da Superintendência de Reforma Agrária

(Supra), João Pinheiro Neto, ao chegar à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para debater com os estudantes a reforma. O atentado não foi esclarecido oficialmente, mas enquanto João Pinheiro se refazia do susto — "só por milagre me salvei!" —, a União Estadual dos Estudantes distribuiu nota em que responsabilizava alunos do Instituto Mackenzie e policiais do DOPS, ao mesmo tempo em que pedia intervenção no Estado, contra os "desmandos do Governador paulista". A intervenção federal na Força Pública de São Paulo chegou a ser cogitada, mas se perdeu no curso dos acontecimentos.

O curso era rápido. No dia 17, o ex-Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, então afastado do Governo, tentava diligentemente ordenar a crise através da organização de uma Frente Amplã ou Frente Popular, que reunisse em torno de um "programa de reforma integrada" o PTB, o PSD, os sindicatos e toda a esquerda. Após alguns dias de debate, a Frente não vingou. Parte do PSD não gostou da idéia de legalizar o Partido Comunista Brasileiro, enquanto o Deputado Leonel Brizola considerou o programa "insuficiente" para a gravidade do momento. "Para sentir como as coisas andam", disse apreensivo, "basta ver como estão as forças da reação: parecem formigas de asa, estão andando para lá e para cá, querendo levantar vôo".

Carlos Lacerda também quis organizar sua Frente — "pela legalidade" — e para ela chamou Juscelino Kubitschek, que recusou o convite. "Sempre fui pela legalidade", disse o candidato do PSD às eleições presidenciais de 65. Preterido, o Governador da Guanabara lançou, no dia 18, uma carta a todos os demais governadores, na qual afirmava mais uma vez que "a guerra revolucionária foi deflagrada em todo o País". Kubitschek, por seu lado, deu declarações a favor das reformas de base, embora sem deixar clara sua posição sobre as reformas constitucionais sugeridas por Goulart.



Provocador, jovem, estudante de Direito, cabo da Marinha: José Anselmo chega em triunfo à Assembleia do Automóvel Clube.

Tudo marchava no rumo do golpe. Lentamente, caía o regime. Muitos enxergavam no horizonte uma aurora. Outros, como o Deputado Leonel Brizola, adivinhavam que uma longa noite viria. Crepúsculos e auroras sempre se parecem. E havia ainda os que, como o Presidente João Goulart, julgavam que tudo passaria sem maiores traumatismos e, sobretudo, sem qualquer derramamento de sangue. Foram meses tensos. A política deslocou-se das assembleias para as praças, os quartéis, o Sindicato dos Metalúrgicos ocupado pelos marinheiros, até chegar ao derradeiro ato, na sala lotada de fardas do Automóvel Clube.

Até mesmo a UDN admitia a necessidade de reformas, mas o propósito do Governo de alterar a Constituição forneceu a base à oposição para atribuir a Goulart a tentativa de um golpe de Estado, em futuro próximo. Foi o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, quem saiu a campo com esta bandeira, ao divulgar o manifesto "De Minas Gerais ao Brasil", no dia 22. "O povo não reconhece autenticidade nos que, apresentando-se como donos das reformas de base, delas se utilizam como pretextos de agitação, visando a perpetuar grupos ou pessoas no poder", dizia o texto.

A Marcha da Família, em São Paulo, dia 19, coincidiu com a visita do Governador da Guanabara àquele Estado, onde passou alguns dias fazendo contatos políticos antes de ir a Belo Horizonte para almoçar com Magalhães Pinto. Enquanto a Oposição se articulava, multiplicavam-se os focos de desafio ao Governo. O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas ameaçou decretar lock-out em protesto contra o decreto que as obrigava a imprimir o preço dos remédios na embalagem. A Associação dos Proprietários de Imóveis aconselhou os prejudicados pelo tabelamento dos aluguéis a recorrerem à Justiça. Cresciam os rumores de que os parlamentares transfeririam o Congresso para a Guanabara. Delineado o quadro, os dias seguintes assistiram a uma rápida sucessão de fatos que trouxeram no seu bojo a queda do Governo, no dia 1º de abril.

Na quarta-feira, 25 de março, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais reuniu-se no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio para comemorar seu segundo aniversário, contrariando a proibição do Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota. Sob a liderança de José Anselmo dos Santos, que assumira em maio de 63 a presidência da Associação, os marujos denam caráter político à festa, com discursos inflamados reivindicando as reformas de base e anistia para os companheiros presos por motivos políticos, ao lado de exigências antigas, como o reconhecimento de sua Associação. O Almirante Mota determinou a prisão dos 40 organizadores, mas os marinheiros se declararam todos presos: ou iam todos, ou ninguém saía do Sindicato.

O movimento tinha semelhança com a revolta dos 500 sargentos que, em setembro do ano anterior, se tinham apossado da Rádio Nacional de Brasília, reivindicando o direito de elegibilidade. Mas, enquanto os sargentos foram presos no mesmo dia, os marinheiros conseguiram levar adiante seu movimento, conquistando a maioria dos fuzileiros navais enviados para prendê-los, na quinta-feira. A crise se precipitou. O Ministro da Marinha pediu auxílio ao Exército e demitiu o Almirante Cândido Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.

João Goulart, que estava em São Borja, chegou ao Rio nos primeiros minutos de sexta-feira e reuniu-se imediatamente com o Ministério. A noite do almoço, o Almirante Mota foi demitido, entrando em seu lugar o Almirante Paulo Mário Rodrigues, Presidente do Tribunal Marítimo. Os marinheiros foram soltos e marcharam até a Candelária. O Almirante Aragão voltou a seu posto.

No sábado, dia 28, o Governo divulgou nota oficial declarando-se satisfeito com o término da crise, "episódio importante na definição da política brasileira". Mas ela não estava superada. O Almirante considerava o precedente perigoso para a hierarquia. No dia 30, o Clube Militar hipotecou "a expressão máxima de sua solidariedade" ao Clube Naval, enquanto o CGT determinou estado de alerta aos sindicatos.

À noite, João Goulart foi homenageado pela Associação dos Sargentos e Sub-Tenentes da Polícia Militar, cujo 40º aniversário era comemorado no Automóvel Clube, recebendo o título de sócio-benemérito da Associação.

O Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, estava internado há uma semana, recuperando-se de uma cirurgia. Não interferiu no processo do golpe e nem reassumiu seu cargo. No dia 31 de março, o General Olímpio Mourão Filho saiu com suas tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Pouco depois, saiu de São Paulo o General Amnury Kruehl, comandante do II Exército, com o mesmo objetivo.



## Brasil, 1º de abril

Faltava chão às  
asas legalistas

Este é o homem que poderia ter mudado, nos primeiros dias de abril de 1964, o rumo da História do Brasil: o Brigadeiro Francisco Teixeira, ex-Comandante da 3ª Zona Aérea, sediada no Rio de Janeiro. Ele, contudo, não concorda plenamente com a especulação histórica: "Sozinho, eu não poderia fazer nada".

Teixeira, 73 anos, foi provavelmente o militar que mais se movimentou nas horas de agonia do Governo Goulart e para a sua atuação convergiram muitas esperanças de resistência ao golpe. Teixeira, porém, mais uma vez, se mostra cético: "O problema foi bem mais complexo e em seu interior se manifestavam realidades de várias ordens e valores. E convém não esquecer que a esquadra americana navegava em nossa costa, aparentemente preparada para intervir em qualquer eventualidade".

Para o ex-Comandante da 3ª Zona Aérea, a cronologia do movimento de 1964, envolve fatos relativamente remotos:

"Historicamente, até a Revolução de 1930, a participação das Forças Armadas no processo de desenvolvimento brasileiro sempre teve um caráter exclusivamente político. Com a crise econômica de 1929, o fortalecimento do fascismo e o surgimento da sua contrapartida, as frentes populares, fundou-se no País a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Desde 1934, a ANL tomou vulto e recebeu a adesão de vastos setores da sociedade, não ficando os militares alheios a essa participação. Pela primeira vez, despoitou no conteúdo das lutas a natureza ideológica. O fechamento e a dissolução da ANL, teve como consequência o movimento de 1935, seguido de severa repressão e do início de implacável e irracional discriminação ideológica em todo o País, mas com particular eficiência."

O Brigadeiro Teixeira observa que a derrota do nazi-fascismo, a derrubada do Estado Novo e a volta da Força Expedicionária Brasileira permitiram que se formassem nas Forças Armadas correntes diversas de pensamento político, "a despeito do recrudescimento da discriminação ideológica a partir do desencadeamento da guerra fria". Essa diversificação, segundo Teixeira, possibilitou a manutenção do regime democrático nos momentos de crise que se sucederam, na vigência da Constituição Federal de 1946.

A partir de 1964 a discriminação se exacerbou: "A dotou-se nova doutrina de segurança nacional. Essa doutrina choca-se com o clima de liberdade exigido pela luta em prol do desenvolvimento. Ela conduziu à instalação, no governo de sistema militar carente de apoio popular, que, para sua permanência e estabilidade no Poder, apela fatal e inelutavelmente para a prática constante, quase institucionalizada, de violação dos direitos humanos, terminando por suprimir completamente a liberdade democrática".

Nos idos de 1964, essas coisas nem de leve eram pressentidas. Segundo Teixeira, "por toda parte, no início de 1964, enquanto avançava, ao menos aparentemente, o processo de reivindicações sociais e democráticas, o clima era de euforia".

"Recordo-me bem que, na segunda-feira da semana que antecedeu o golpe, recebi, no Rio de Janeiro, a visita do General Crisanto Moreira Figueiredo, que comandava a Infantaria Divisionária do Paraná, sediada em Ponta Grossa. O Presidente João Goulart nos chamou para uma troca de impressões sobre a situação política em geral e militar, em particular. Não dissimulei minhas preocupações, pois sabia da existência de vastas áreas de conspiração, mas concordei em que a situação melhorava. Goulart igualmente, me pareceu tranquilo, considerando também que a situação melhorara bastante após o início pelas reformas de base, no dia 13 de março, na Central do Brasil", diz Teixeira.

Antes, porém, o Comandante da 3ª Zona Aérea tivera outros motivos de preocupações. O General Assis Brasil, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, lhe telefonara dias antes informando que os sargentos deveriam reunir-se numa grande manifestação em favor das reformas de base e de Goulart. Para Assis Brasil, tratava-se de uma homenagem de alta significação.

"Dias após, o Chefe do Gabinete Militar e outros altos funcionários da Presidência se reuniram comigo para tratar mais profundamente do assunto. Expus minha opinião: era contra o ato público, que, a meu ver, poderia trazer um novo e inquietante peso à crise política. Fiquei sozinho nessa colocação. Todos eram a favor. Houve, mesmo, quem observasse que, se Goulart não aceitasse a homenagem, ela seria canalizada para outro político, como Miguel Arraes, por exemplo, cujo nome chegou a ser citado".

Teixeira previa as lesões na hierarquia militar e, principalmente, as consequências que desabariam sobre o Governo Goulart:

— A confusão era geral. O General Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército, me telefonou perguntando se eu estava realmente coordenando a manifestação dos sargentos. Desmenti a informação e ele acrescentou que o Exército não participava de "comícios". Levei essas coisas, inegavelmente preocupantes, ao conhecimento de Goulart, mas este pareceu insensível ao meu relato. Goulart confiava na solidez de seu dispositivo militar, no apoio sindical e em outras manifestações de apoio que convergiam para o Palácio do Planalto. Tanto assim que, no início da Semana Santa, quando o Presidente tomou um avião na 3ª Zona Aérea, rumo a São Borja, onde passaria os dias santificados, ouvi dele a seguinte e enfática declaração: "Esmagaremos qualquer tentativa de golpe".

Teixeira lembra que, logo a seguir, se desencadeou, sediando-se no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, a rebelião dos marinheiros, liderados pelo Cabo José Anselmo dos Santos. A hierarquia militar era desrespeitada, frontalmente, o que criava novos e esperados problemas. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, interveio, mandando prender uns 40 amotinados, com o apoio do I Exército.

Em seu depoimento, 20 anos após o movimento de 1964, Teixeira afirma

que a crise poderia ter sido superada ali. Mas, com a libertação dos marinheiros punidos e a substituição do Ministro da Marinha, os problemas recrudesceram, "numa espiral incontrolável". "O novo Ministro, Almirante Paulo Mário, Presidente do Tribunal Marítimo, praticamente não chegou a assumir o cargo", frisa Teixeira, acrescentando que, enquanto os descontentamentos se alastravam na Marinha e em setores do Exército, sendo cuidadosamente manipulados pela corrente golpista, a Aeronáutica não registrava, até então, atos de insubordinação. "Não obstante, os oficiais legalistas e nacionalistas sabiam que os conspiradores de outras épocas estavam em ação", diz Teixeira, assinalando que, na realidade, só um oficial, a nível de comando, se solidarizaria com o movimento: isso ocorreu em Belo Horizonte e ele lhe comunicou, por telefone, a sua posição.

— Mas os legalistas não eram minoritários na Aeronáutica, em 64?

— A meu ver, não. Tanto assim que a corrente legalista, pouco antes do golpe de 1964, ganhou as eleições do Clube da Aeronáutica com o Brigadeiro Prata. Se fôssemos minoritários, teríamos perdido.

Teixeira aponta vários fatores como determinantes da queda de Goulart, em 1964: 1. o Presidente estava sob forte pressão oposicionista e da imprensa, que lhe atribuía propósitos de instaurar, no País, uma República Sindicalista, de fundo comunopeteperonista. "Ora, isso era uma invenção. Se Goulart pretendesse mudar o conteúdo das instituições, ele teria consultado o seu dispositivo militar sobre esse plano, pois sem o apoio das Forças Armadas nada se faria nesse sentido. Eu era um de seus amigos nas Forças Armadas e nunca fui auscultado ou ouvido sobre aquele plano", diz Teixeira; 2. a rebelião dos marinheiros, à qual se somou, já num momento agônico, a manifestação dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, forneceu o pretexto ansiosamente aguardado pelos falsos democratas para a deposição do governo constitucional; 3. a desagregação do dispositivo militar, que não resistiu à primeira prova de força.

O relato de Teixeira é dramático:

— No dia seguinte à deflagração do movimento ainda pensávamos em resistir e desmontar o golpe. Nesse sentido, procurei o General Assis Brasil e o Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, com o objetivo de lhes propor uma

solução simples: um ataque armado ao Palácio Guanabara, de onde Lacerda lançava suas provocações sobre o País. Paralelamente, eu teria condições de mobilizar a Base Aérea de Santa Cruz, cujo Comandante era o então Coronel Rui Moreira Lima. Mas tínhamos que agir sem tardança, para que a situação, deteriorando-se, não se tornasse insarável.

As gestões de Teixeira foram infrutíferas. Ninguém conseguia falar com ninguém no sentido de articular a contra-ofensiva. E o que era pior: o Exército estava virtualmente acéfalo. O General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra de Goulart, estava recolhido a um leito de hospital, o que era visto como desconfiança por alguns amigos do Presidente; o General Moraes Âncora, enfermo, não tinha condições ideais de defender a legalidade e parecia enfraquecido a cada momento, principalmente a partir da coleta de informações inquietantes sobre o alinhamento da Vila Militar com o golpe desfechado, em Minas Gerais, pelos Generais Olímpio Mourão Filho e Luís Carlos Guedes. "Todos esses fatores se entrelaçavam e ameaçavam, a cada minuto, a estabilidade do Governo Federal. Mesmo assim, o então Coronel — e hoje Brigadeiro — Rui Moreira Lima rumou para Areal, no interior do Estado do Rio de Janeiro, para verificar o avanço das tropas de Mourão e Guedes", diz Teixeira.

— Por que a esquadrilha de caça não atacou as tropas de Mourão?

Teixeira esclarece:

— Por várias razões. Em primeiro lugar, eu não poderia decidir sozinho uma questão de tal gravidade. O Presidente Goulart, homem generoso, não queria derramamento de sangue. Por essa razão, inicialmente vacilou e, depois, tomou sozinho a deliberação de sair do Rio de Janeiro, deslocando-se para Brasília, de onde partiu, sem aviso a ninguém, para o Rio Grande do Sul. Basta dizer que, quando me disseram que ele ia embarcar para Brasília, na minha Zona Aérea, procurei contactá-lo, mas, quando cheguei à pista, o avião já havia decolado. Goulart evitou que eu o abordasse, pois sabia que lhe seriam submetidos problemas graves, como o de enfrentar, ou não, os revoltosos. Em segundo lugar, no dia em que o Coronel Rui Moreira Lima voou sobre as tropas rebeldes, o tempo estava péssimo e não havia condições de operação

militar. Por último, a desagregação parecia geral. Ninguém, por exemplo, conseguia contato com o Chefe da Casa Militar, principal articulador do dispositivo das Forças Armadas. E eu, sozinho, sem ordem superior, não poderia determinar nenhuma ação mais drástica.

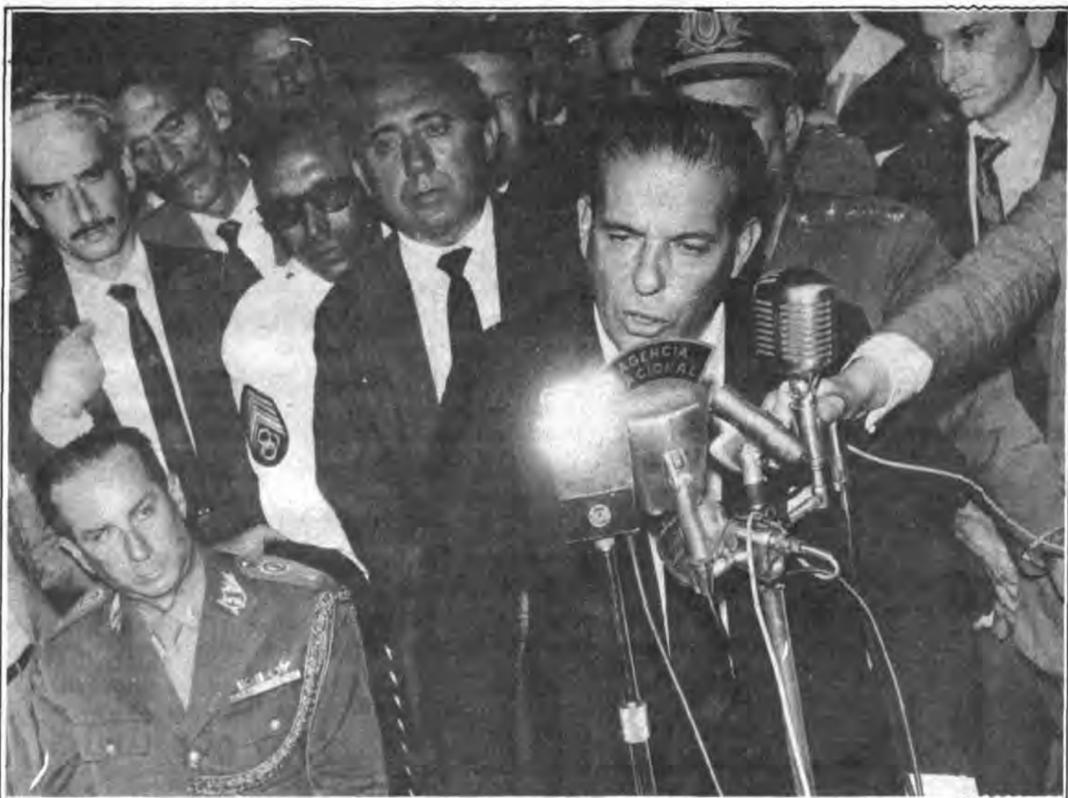
Teixeira dá outro exemplo de descoordenação: o simples ataque ao Palácio Guanabara frustrou-se. Nem o Almirante Araújo Suzano, nem qualquer outro oficial a nível de comando silenciou Lacerda, cujos beaguins invadiam casas de adversários, inclusive de militares, como a do Coronel Alvarez, cuja família foi submetida a vexames.

Goulart não deu ordens a Teixeira, que, por isso, se sentiu inibido para dar ordem a Moreira Lima para atacar as tropas sublevadas, em Areal RJ. A resistência, ao menos no âmbito da Força Aérea, foi paralisada. Teixeira diz, entretanto, que, a partir do momento em que o Comandante do I Exército saiu para o diálogo com o General Amauri Kruel em Resende, RJ, "nada mais havia a fazer". Ele lembra, por exemplo: que um grupo de legalistas, à frente do Coronel Dagoberto Rodrigues, então Diretor do Departamento de Correios e Telégrafos, e o Deputado Neiva Moreira, da Frente Parlamentar Nacionalista, foi procurado às 9 da manhã, na 3ª Zona Aérea com uma proposta concreta: criar um Comitê de Salvação Nacional e deslocar para Santa Catarina e Rio Grande do Sul os núcleos de resistência militar. As condições meteorológicas já haviam melhorado sensivelmente e havia possibilidades de operação aérea. "Quando eles voltaram à tarde, para avançarmos com a proposta, verificamos que contingentes do I Exército já cercavam a 3ª Zona Aérea. Diante do exposto, aconselhei-os a saírem dali e fui ao encontro do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Américo Botelho, que me afirmou que nada mais havia a fazer, senão aguardar o substituto no posto. Preferi, porém, abandonar o Comando da 3ª Zona Aérea, que logo seria assumido pelo Brigadeiro Dario Azambuja, designado pelo já formado Comando Revolucionário", depõe Teixeira.

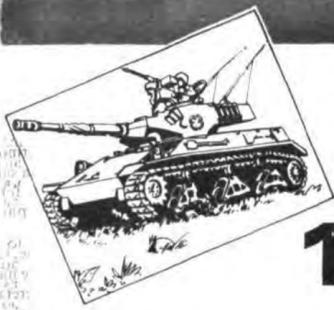
— O senhor nunca chegou a pensar em poder resistir e vencer?

Teixeira diz que, nas primeiras avaliações pós-golpe, houve uma espécie de superestimação da capacidade que os legalistas teriam tido de resistir ao movimento, que desceria das montanhas de Minas Gerais. Isso se devia particularmente à anunciada capacidade de retaliação da aviação de caça, que, salvo o voo exploratório do então Coronel Moreira Lima, ficou no chão. "Houve um momento, já estabilizadas as condições meteorológicas", — depõe Teixeira —, "que tive a impressão de poder resistir através da mobilização da importante Base Aérea de Santa Cruz. Mas, para tanto, deveria ter um anuência prévia, o que não obtive. Conferenci, a propósito, com o General Moraes Âncora, Comandante do I Exército, que, na prática, sofria os meus problemas de indefinição. O General Bomtempo, Chefe do Gabinete do Ministro Jair Dantas Ribeiro, é quem respondia pela chefia do Exército — respondia apenas, e isso era pouco naquela hora. Mesmo assim, em certo momento, tive a impressão de que íamos entrar em combate, mas essa expectativa logo se desfez".

Desfeita a breve ilusão da resistência, Teixeira foi intervir com o Ministro da Aeronáutica na Base Aérea do Galeão. A tendendo às suas ordens, relaxou a prontidão, na volta à 3ª Zona Aérea, e foi para casa, sem transmitir pessoalmente o comando. No andar de baixo, o Ministro da Justiça de Goulart, Abelardo Jurema, era preso por tropas do I Exército. Na pista, com os motores silenciosos, os aviões permaneciam no chão, à espera dos pilotos da legalidade. Que já estavam sendo presos àquela hora.



João Goulart discursa na Assembléia dos sargentos da PM, no Automóvel Clube. Os rostos tensos revelam o clima da noite de 31



# Brasil, 1º de abril

“Estou convencido de que tínhamos condições concretas de liquidar a conspiração golpista”

## O Comando nos Correios

A bancada nacionalista, em que eu me integrava, apoiou o Presidente João Goulart e atuou muitas vezes em sua defesa, mas não se podia dizer que integrasse propriamente o Governo. Apoiamos os importantes passos progressistas que ele deu, mas fazíamos restrições à política de acomodação que terminou sendo ruínoza e que ocasionou em nossa área, choques e discrepâncias na análise dos problemas políticos e parlamentares. Na área propriamente parlamentar, os desentendimentos foram menores porque os projetos e as leis, sobretudo no curto período do parlamentarismo, eram bastante progressistas.

A atuação do nosso grupo, nucleado na Frente Parlamentar Nacionalista, extrapolava cada vez mais o âmbito do Congresso Nacional e se-desdobrava pelo país inteiro procurando incidir, com uma visão patriótica, nas decisões do Poder.

Lembro-me quando surgiram rumores muito sérios de que o Primeiro-Ministro Brochado da Rocha iria nomear um conservador para o Ministério de Minas e Energia, onde se exerciam fortes pressões entreguistas. Constituímos, então, uma delegação e exigimos a nomeação de um ministro que preservasse a Petrobrás e a legislação progressista em defesa das riquezas minerais do País. O Primeiro-Ministro foi terminante: não iria colocar ali um homem de direita. Efetivamente, foi escolhido o deputado Gabriel Passos, da UDN mineira, corajoso e firme militante nacionalista.

Nossas relações com o Presidente Goulart tornaram-se em um contexto muito difícil. Mas os desentendimentos mais graves aconteciam em torno da questão institucional: ele não acreditava nem na conspiração nem no golpe e achava tudo aquilo muito utópico; nós, porém, sentíamos que isso era o real, era o que estava acontecendo no País.

Uns seis meses antes do golpe, começaram a surgir informações com denúncias concretas sobre a conspiração. Militares nacionalistas da ativa, confirmaram essas informações: mais de 100 comandos nas três armas estavam nas mãos de oficiais comprometidos com a conspiração. Mas não havia clima no Palácio do Planalto para a compreensão do que estava ocorrendo. Como seria possível pensar que um amigo como o General Amauri Kruehl não fosse leal ao Presidente? E, como ele, havia muitos outros. O diálogo com Goulart nesse terreno, era ainda mais difícil. Todas as vezes que se colocava o problema, ele alegava que estávamos mal-informados.

Uma noite, porém, recebi telefonema urgente do Deputado Fernando Santana, às duas da madrugada, para que fôssemos junto com Almino Afonso e José Joffily encontrarmos com o Presidente na casa do Deputado Bocaiuva Cunha, em Brasília. Era uma reunião numerosa e tensa, na qual fomos recebidos com muita hostilidade por alguns deputados do PTB do Rio Grande do Sul, que nos consideravam dissidentes e perguntaram o que estávamos fazendo lá.

Goulart tentou apaziguar os ânimos e comunicou-nos que estava mandando substituir o Ministro da Guerra. Dirigindo-se a mim, de tom cordial, disse:

“Você fez um discurso na Câmara Federal, citando Camões, segundo o qual ‘o fraco rei faz fraca a forte gente’. Pois bem, eu não sou o fraco rei. Agora mesmo estou substituindo o Ministro da Guerra”.

Respondi que a medida era certa e que teria todo o nosso apoio. Perguntamos a Goulart se ele havia tomado precauções para chegar ao Rio de Janeiro, onde se vivia um certo clima de inquietação na área militar. Respondeu que sim, que já havia avisado a todos. Na verdade, fui por atraso no avião ou porque este não fora transmitido, não haviam tomado quaisquer precauções. Tivemos que telefonar para avisar ao Brigadeiro Francisco Teixeira e a outras autoridades militares da chegada do Presidente ao Rio de Janeiro, naquele momento tão especial.

Os acontecimentos, no entanto, precipitavam-se rapidamente.

Em fevereiro de 1964, escrevi um artigo no jornal Panfleto, denunciando a iminência do golpe que, em certo sentido, já estava nas ruas. Isto foi depois dos acontecimentos de Belo Horizonte, quando a direita armada de Minas Gerais acupou o auditório do Centro de Saúde e tentara impedir um comício nosso programado para a tarde. Um grupo de mulheres vestidas de preto ocuparam o palco, rezando, com o terço nas mãos, para que o Brasil fosse salvo do comunismo. Somente às 21h30min, Brizola

e todos nós conseguimos chegar ao local. O Deputado Abel Rafael liderou a ocupação e o Jornalista José Maria Rabelo comandou a limpeza da área. Saldo: mais de 200 feridos. Dali me dirigi à casa do José Aparecido de Oliveira, para, através da Rádio Mayrink Veiga, alertar o País sobre o que se passava em Minas Gerais.

Não passou muito tempo para que o Governador Magalhães Pinto, acompanhado pelo General Luis Carlos Guedes, chegasse à casa para fazer-me um apelo no sentido de que não assustasse o País, pois o que acontecera estava longe de ter a gravidade que lhe estávamos atribuindo. Recordo-me de ter dito ao general:

“O senhor é um chefe militar, eu sou apenas um deputado. Não precisa, mas o senhor pode perfeitamente verificar que o que houve hoje em Belo Horizonte foi uma operação militar, um ensaio golpista em cima da gente”.

A partir daí entramos no túnel. Os acontecimentos tornaram-se incontroláveis com o tratamento que o Governo Federal lhes dava.

Não havia, na verdade, uma estrutura de mobilização popular real no País que pudesse responder aos perigos que estavam cercando a incipiente democracia brasileira. Na medida em que os Partidos não respondiam a essa necessidade e os sindicatos se limitavam a atuar no campo das reivindicações sindicais e das greves — e estas quase sempre se desencadeavam no âmbito das empresas estatais —, criaram-se os Grupos dos Onze.

A atuação dos sindicatos parecia-nos estar enfraquecendo o setor social do Governo, dificultando o seu funcionamento e, ao mesmo tempo, não permitindo um confronto com aquelas grandes empresas controladas pelo capital estrangeiro. Tiveram grande repercussão denúncias como a do Deputado Hebert Levy de que 200 ou 300 estivadores do Porto de Santos haviam subcontratado o trabalho de pessoas, chamadas bagrinhos, para fazer o seu trabalho, já que viviam fora da área santista. Saímos em defesa dos estivadores acusados, mas sentimos que a denúncia havia provocado impacto nacional.

A criação dos Grupos dos Onze respondia a necessidades concretas de mobilização; constituía também, uma resposta às milhares de cartas que recebíamos todos os dias, de mensagens e telefonemas de pessoas que nos procuravam, de atas de constituição de inúmeras associações cívicas de todos os tipos que se estavam criando no Brasil a partir da pregação do Brizola e dos deputados nacionalistas. Mas nunca foram estruturados como aparatos militares e nem essa era a sua finalidade.

Inicialmente, encontrou-se muita dificuldade para a sua atuação devido à incompreensão purista de alguns grupos da esquerda intelectual, sempre com o fantasma do populismo, que só levava ao distanciamento do povo. O PC, por exemplo, não queria que se constituíssem os Grupos por achá-los dotados de uma estrutura incontrolável, além da sua natureza populista. Recordo-me que mantive conversações com alguns líderes comunistas da época, tentando convencê-los de que estavam enganados, que não queríamos excluir ninguém e que os grupos estavam abertos até aos partidos e a eles próprios, se quisessem colaborar.

A última tentativa de fazer com que o PC deixasse de criticar-nos e combater-nos foi fruto de uma entrevista com Carlos Marighela. Num pequeno apartamento de Botafogo, no Rio de Janeiro, encontrei-me com um homem firme, sólido e prudente. Disse-me que compreendia a nossa posição e achava corretas as nossas colocações; ainda que ele não fosse o PCB nem controlasse as suas decisões, defenderia, dentro do Partido, uma tese de compreensão para o trabalho que estávamos realizando, pois lhe parecia que tal esforço só ajudaria o processo de democratização do País, através da mobilização cívica.

Organizaram-se em todo o País cerca de 60 — 70 mil grupos. Foi algo extraordinário. Recebíamos milhares de cartas todos os dias; depois do golpe de abril, muitas delas foram parar nas mãos dos militares e deram lugar a centenas de processos contra pessoas cujo único crime fora o de se haverem pronunciado em favor da democracia no Brasil.

Uma das acusações levantadas contra mim quando preso nas fortalezas do Rio, foi a de emitir dinheiro falso. Cuspei a entender o problema, mas, depois, descobri a razão da denúncia. Assinados por Brizola, Max da Costa Santos e eu, havíamos emitido bônus



Os tanques da legalidade permaneciam imóveis: não havia dinheiro para a gasolina



Retira-se a missão militar americana



Em frente ao Guanabara, a PM de Lacerda

como contribuição popular à manutenção do programa da Rádio Mayrink Veiga e da impressão de documentos públicos dos grupos.

O nosso relacionamento com Brizola havia começado muito antes da Campanha pela Legalidade de 1961, que foi o momento em que as nossas posições confluíram. Esse relacionamento intensificou-se na razão direta em que ele se distanciava ideologicamente e politicamente dos setores mais conservadores do Governo Federal, e revelava uma liderança integrada aos sentimentos e aspirações do nosso povo.

Um problema crucial surgiria quando Jango se recusou a nomear Brizola para o Ministério da Fazenda, oferecendo-lhe em troca o da Viação. Ora, naquele tempo, o Ministério da Fazenda exercia função política reitora, como a que cumpre hoje a Secretaria do Planejamento, e todos achávamos que a partir daquele cargo se poderia mudar a linha política do Governo e buscar recursos que, não comprometendo a soberania nacional, fortalecessem as empresas estatais, apoiassem as pequenas e médias empresas ou até mesmo as grandes que se dispusessem a ressitir ao capital estrangeiro. Pensava-se também em conseguir recursos para realizar as reformas fundamentais: agrária, educacional, fiscal e outras.

Era evidente que Brizola não aceitaria o Ministério da Viação, porque simplesmente não estava interessado em ter um cargo no Governo: mas sim em dispor de um instrumento que lhe possibilitasse realizar aquelas ações políticas mais profundas que a Nação estava exigindo.

nório Cavalcanti, a quem procuramos e explicamos a situação. Ele perguntou pelo avião. Dissemos que seria da Panair e que tentasse convencer ao comandante da importância da missão. Pediu-nos tempo para pensar e procurou-nos depois para dizer que concordava, mas queria saber quem iria com ele e quem pagaria a sua passagem, pois estava sem dinheiro. Disse-lhe que pagaríamos a viagem, que não se preocupasse com isso. Sobre a comitiva, tinha-se pensado no Senador Lino de Matos e nos deputados Esmerino Arruda e José Lopes, este último um usineiro trulento, com fama de dureza e que por isso mesmo, deveria usar agora a sua coragem em favor de atos patrióticos.

Lino de Matos não pôde ir porque sua mãe estava doente, mas os demais, sim, aceitaram a missão. Subiram no avião e, quando estava a meio caminho, Tenório — a quem se havia recomendado que levasse a Lourdinha e a capa preta — foi ao comandante e disse que havia pegado o avião errado e que lhe fazia um apelo no sentido de que se dirigisse para Porto Alegre. O Comandante respondeu-lhe:

“Falemos claro. O senhor pretende que eu desvie este avião para o Rio Grande do Sul. Eu também sou partidário de Brizola. Mas, o senhor realmente tomou o avião errado, pois este não tem autonomia de gasolina para chegarmos a Porto Alegre”.

E propôs-lhe:

“Se o senhor me permite, vamos até São Paulo e lá eu lhe consigo outro avião que o levará até o Rio Grande do Sul”.

Tenório Cavalcanti não teve ideia do que seria o impacto daquele avião do Rio chegando à capital gaúcha. Aceitou a sugestão do comandante e trocou de aparelho. A mensagem foi entregue ao General Machado Lopes, mas não teve a ressonância que pensávamos dar-lhe de 61 a 64.

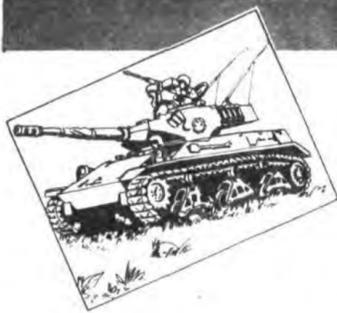
O intento golpista de 1961 repetiu-se em 1964 e este, diferentemente daquele, só foi vitorioso por não se defrontar com um comando eficaz de resistência. Tenho muitos elementos para afirmar que o golpe militar de abril de 1964 começou como um blefe, que foi crescendo e avançando na medida em que ia ficando patente a nossa incapacidade de lutar devido sobretudo à falta de disposição para organizar um comando que efetivamente coordenasse a resistência. Fala-se muito acerca das divisões existentes na esquerda como fator que houvesse facilitado a ação dos golpistas. Na minha opinião, aquele fator foi importante sim para debilitar-nos a todos e para impedir-nos de ter uma visão mais clara e dialética do momento que se vivia. Mas não foi o fator fundamental na derrota do Governo Goulart frente ao golpe. Estou convencido de que tínhamos condições de liquidar a subversão golpista e, chegamos a ter oportunidades concretas para fazê-lo.

Por que não se fez? E isso o que nos cabe analisar.

Uma primeira oportunidade deu-se quando a aviação de caça do Rio de Janeiro, comandada pelo então Coronel e hoje Brigadeiro Rui Moreira Lima, localizou as tropas que desciam de Juiz de Fora, comandadas pelo General Mourão Filho. Eu me encontrava no gabinete de comando do Brigadeiro Francisco Teixeira quando ele recebeu a informação, junto com um pedido de instruções sobre se deviam ou não bombardeá-los. O Brigadeiro consultou o Palácio do Planalto e obteve uma terminante resposta do Presidente Goulart: ele proibia qualquer ação que implicasse em derramamento de sangue.

Dadas as evidências de sabotagem nas comunicações que chegavam ao Planalto, havíamos organizado um comitê político-militar de resistência nos Correios e Telégrafos da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, sob a direção daquele extraordinário militar e grande patriota que foi o Coronel Dagoberto Rodrigues. Daquela trincheira não só informávamos o Presidente sobre os acontecimentos que se estavam desenrolando, como, também, tentamos dar um curso diverso aos fatos.

Na madrugada de 31 de março — quando já algumas guarnições em Pernambuco e outros lugares haviam desertado — fomos informados que o Presidente, que já estava no Rio de Janeiro fora cercado pelo Governador Carlos Lacerda. Pedia-se do Palácio das Laranjeiras o apoio dos Fuzileiros Navais para aliviar a pressão sobre o Palácio. O grupo da Praça XV pareceu uma boa oportunidade para modificar o curso dos acontecimentos: decidiu-se consultar o Governador Leonel Brizola — com quem se mantinha contato permanente — para



coordenar uma ação efetiva. De acordo com o coronel, Brizola sugeriu que Jango fizesse uma proclamação ao povo, conclamando-o a mobilizar-se para a resistência. A ideia, no momento, era de que o Corpo de Fuzileiros mandasse algumas unidades cercar o Palácio Guanabara e, caso Lacerda resistisse a uma intermediação no sentido de deter as suas provocações, se desse ao caso solução militar.

O Almirante Araújo Susano — que havia assumido a direção dos Fuzileiros na ausência do Almirante Cândido Aragão, que se deslocara para as proximidades do Guanabara — fez, entretanto, um roteiro contrário ao que havíamos combinado. Em vez de dirigir-se diretamente ao Palácio Guanabara, foi para o das Laranjeiras, onde estava Jango. O Almirante Aragão falou com um coronel, creio que se chamava Valença, que, depois de consultar o Presidente nos comunicou que este, na sua qualidade de comandante das Forças Armadas não só desaconselhava, como proibiu, aquela ação porque “a fera (Lacerda) estava cercada e antes do amanhecer se renderia”. Uma leitura equivocada da situação.

Houve também — além da resistência de Goulart em aceitar qualquer tipo de ação armada, o que foi uma constante nele —, falta de seriedade muito grande na condução dos acontecimentos. Isto se traduziu muito claramente, por exemplo, nas transmissões de rádio

feitas pelo Deputado Abelardo Jurema, então Ministro da Justiça, que eram verdadeiramente lamentáveis. Não que ele estivesse mentindo deliberadamente, senão que recebia e transmitia um tipo de informação deformada que só fazia enfraquecer a luta do País.

Um exemplo: noticiou-se que os oficiais e sargentos legalistas do XI Regimento de Infantaria de São João Del Rei, MG, haviam prendido vários golpistas e tomado o comando da guarnição. Foi um momento de alegria para todos nós. Mas, pelo sistema de comunicação via DCT, logo pudemos saber que a situação era exatamente oposta à que havia sido descrita.

Em outro momento, noticiou-se que o General Crisanto Figueiredo, que havia sido nomeado para o Comando da Brigada do Paraná, já havia desembarcado em Paranaíba, assumido o comando do XV de Infantaria e que engrossaria uma coluna para marchar sobre São Paulo. A informação foi imediatamente transmitida a Brizola, que nos respondeu:

“Isto é totalmente falso. Não o deixaram sequer desembarcar em Curitiba. Neste momento, o General Crisanto está vindo para Porto Alegre”.

São inúmeros os episódios daqueles dias que nos confirmam a tese de uma absoluta falta de comando, de ausência de seriedade e sabotagem, que se manifestaram desde antes do desencadeamento do golpe propriamente dito.

O General Ladário Teles, que alguns dias antes do golpe fora nomeado pelo Presidente para o Comando do Rio Grande do Sul, caso tivesse assumido, poderia ter imprimido curso distinto aos acontecimentos. Confirmou-me

ele, pessoalmente, aquela impressão quando de uma reunião, aqui no Rio de Janeiro, da qual participaram muitos generais, brigadeiros, o Chefe de Polícia e vários deputados. Nesta reunião, antecedida por uma grande discussão interna sobre se deviam, ou não, deixar-me entrar por causa das minhas “preocupações alarmistas”, fiz uma exposição bastante contundente sobre as evidências de uma conspiração que se alastrava pelo País, citando as informações de que dispunha a Frente Parlamentar Nacionalista. Um dos generais presentes levantou-se para responder-me que, sendo eu leigo, estava completamente mal informado, porque nunca o Presidente da República havia tido um esquema militar tão poderoso e nunca havia estado tão seguro. Foi quando o General Ladário, que não me conhecia, chamou-me a um lado e disse-me que eu estava com a razão. Contou-me que, tendo sido nomeado há vários dias, não lhe davam nem autorização de embarque, nem recursos para assumir. Disse-me: “Há uma situação conspiratória, real e visível”.

De igual maneira, também havia sido sabotada a ação do General Cunha Mello, Comandante da Brigada de Niterói, que não conseguiu obter gasolina da Petrobrás para que os seus tanques pudessem deslocar-se para Três Rios, RJ, onde já haviam chegado as tropas do Mourão. O Coronel Dagoberto, que havia sido informado pelo telegrafista de Três Rios da chegada dos golpistas, não entendia porque não chegavam os tanques da legalidade. Telefonou para o Ministério da Guerra e foi informado de que os tanques não haviam ido nem iriam porque faltava dinheiro para pagar a gasolina e que o General Osívino Ferreira Alves, presidente da Petrobrás, se recusava a fazer o abastecimento sem que se pagasse, no ato

Dagoberto telefonou para o General Osívino e disse-lhe que se responsabilizava pelo pagamento. Na verdade, tudo era inútil, pois a sabotagem começava no próprio Ministério da Guerra. Havia-se estruturado toda uma estratégia de não-combate.

Quando a situação já estava praticamente perdida, os Deputados Abraão de Moura, Max da Costa Santos, Lamartine Távora e outros parlamentares fomos conversar com o Brigadeiro Francisco Teixeira e propor-lhe uma iniciativa que acreditávamos poder ainda mudar a situação. A ideia consistia em deslocar, em aviões, os regimentos de Fuzileiros Navais para que ocupassem Florianópolis, em operação fulminante. Aqueles fuzileiros estavam na Ilha do Governador, lutando pela legalidade. Com Santa Catarina ocupada, o Rio Grande do Sul se fortaleceria e teríamos um sólido grupo de unidades militares fiéis à legalidade, desde Florianópolis até a fronteira sul.

Ele respondeu achar a ideia muito interessante, mas para a sua execução deveríamos responsabilizar-nos totalmente, já que o Presidente Goulart não queria derramamento de sangue.

Propus então a formação, ali mesmo, de um Comando de Salvação Nacional, constituído por ele, o Coronel Dagoberto, alguns comandantes da Marinha e parlamentares. Aceita a sugestão, deslocamo-nos para a Marinha para verificar a situação e as nossas forças reais: consistiam em algumas dezenas de oficiais e grande quantidade de técnicos e suboficiais e sargentos capazes de operar a Esquadra e tirá-la de lá. Havia milhares de marinheiros dispostos à luta.

Isso aconteceu de manhã. Às três da tarde, hora combinada para uma reunião que tra-

tasse de concretizar a operação, ao chegarmos ao gabinete de Teixeira, fomos induzidos a sair imediatamente porque já a zona aérea fora ocupada e unidades se deslocavam para prender o Brigadeiro.

Nessas condições, podemos dizer que fomos derrotados? Não. Nós não lutamos e não fizemos, não por falta de condições concretas para fazê-lo. O Presidente tinha aversão ao derramamento de sangue.

Para o comportamento do Presidente Goulart, eu admito a existência de três hipóteses:

- A primeira diz respeito à sua natureza generosa, que não queria que o seu nome fosse misturado ao derramamento de sangue de brasileiros.

- A segunda consiste na possibilidade de que ele acreditasse de que se tratava de um golpe como os outros, ou seja, que o Parlamento Brasileiro continuaria funcionando, que iriam depô-lo, mas que escolheriam um novo Presidente e que as instituições seriam preservadas.

- A terceira é a de que, como integrante da classe dominante, ele acreditasse que estava perdendo o Governo, mas que a sua classe se fortaleceria.

Qualquer que seja a resposta, o que é evidente é que a sua condução foi equivocada, porque nunca, no Brasil, morreu tanta gente como nesses 20 anos de ditadura militar; de tortura, de fome ou de desespero. E, nunca antes também, as perspectivas do País foram tão negras como agora em que a Nação está pagando, e vai pagar até o fim do século, as sequelas de um golpe militar que poderia ter sido derrotado com muito menos derramamento de sangue.

## Subverter a hierarquia, atemorizar a classe média

# A conspiração

O mais completo estudo acadêmico sobre a conspiração que derrubou o último governo civil brasileiro, em 1964, deve-se a um uruguaio, o Professor René Armand Dreifuss, que dedicou ao assunto sua tese de doutorado na Universidade de Glasgow. A obra foi traduzida para o português e publicada, aqui, pela Editora Vozes, de Petrópolis, com o título 1964, a conquista do Estado.

O Professor Dreifuss chama de elite orgânica o grupo de técnicos, empresários, dirigentes de empresas multinacionais e militares que, unidos em torno do anticomunismo, preparou-se cuidadosamente para tomar o Poder. Muitos deles haviam apoiado a candidatura Jânio Quadros e, quando ele renunciou, sete meses depois da posse, tentou impedir o vice-presidente João Goulart assumir o cargo.

A ascensão de João Goulart, na esteira de um movimento de resistência com forte mobilização popular, levou os conspiradores a uma nova etapa de organização. Para isso, montaram-se escritórios especializados em estudos técnicos de economia e associações de técnicos e empresários. Entre essas entidades, destacaram-se o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). “O complexo IPES-IBAD tornou-se o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar”, escreve o Professor Dreifuss.

Com forte apoio do Governo norte-americano (que, segundo Dreifuss, mantinha-se permanentemente informado da conspiração através do Embaixador Lincoln Gordon), a elite orgânica formulou um plano geral de campanha para mobilizar as classes médias e as forças armadas em favor de uma intervenção militar. Observa o autor que esta campanha de desestabilização do Governo trabalhista procurava criar o caos econômico e político, fomentar a insatisfação, acionar as massas para demonstrações conservadoras e realizar até atos de terrorismo. O alvo da campanha, que se desenvolvia através de uma rede de jornais, estações de rádio e televisão em todo o País, eram os políticos, os sindicatos, o movimento estudantil, os lavradores, a Igreja, os militares em geral e as classes médias. Filmes, debates, peças e cursos de educação cívica foram utilizados para alertar os

Foto Agência O Globo



O IPES no poder: Golbery no SNI, Roberto Campos no Planejamento e, na Presidência, o Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco

formadores de opinião para o que a elite orgânica dizia ser “a comunização do País”.

O braço parlamentar da elite orgânica era o grupo de deputados da Associação Democrática Parlamentar, ADP, que procurava barrar os projetos reformistas do Executivo. O IPES-IBAD orientava esses congressistas e fornecia subsídios para a contestação e obstrução das propostas de Goulart. Em seus escritórios técnicos, preparava projetos alternativos imediatamente apresentados no Congresso, com grande repercussão jornalística. As questões em pauta eram, por exemplo, a habitação popular, a reforma agrária e a remessa dos lucros das empresas estrangeiras a suas matrizes.

Segundo Dreifuss, o complexo IPES-IBAD participou ativamente da eleição parlamentar de 1962, “patrocinando candidatos, cujos programas formulava em troca de ajuda financeira”. Diz mais o pesquisador que essas eleições “foram consideradas o auge de uma das maiores campanhas já empreendidas pela Divisão Ocidental da CIA, que investiu milhões de dólares na campanha de candidatos anticomunistas”. Apesar disso tudo, o resultado eleitoral “revelou forte tendência esquerdista-trabalhista do eleitorado”; isto convenceu o General Golbery do Couto e Silva, dirigente da elite orgânica, de que “uma solução militar tornava-se inevitável para o interesse multinacional e associado”.



Dava-se um passo adiante na definição do processo que conduziria a 1964.

O complexo IPES-IBAD atuava também no movimento estudantil, apoiando militantes de direita que, no entanto, não puderam impedir a ascensão, também aí, de lutadores trabalhistas, nacionalistas e esquerdistas, comprometidos com mudanças sociais. A mais significativa vitória política da elite orgânica terminaria sendo a conquista da classe média, cuja mobilização “conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica” e dava substância ao apelo às Forças Armadas para uma intervenção militar. Boa parte desse êxito deve-se às organizações femininas, que autenticavam a denúncia orquestrada de uma suposta república sindicalista, em que as pessoas com alguma renda — assalariados técnicos, funcionários públicos, pequenos comerciantes — sofreriam uma queda em seu status sócio-econômico.

Segundo o complexo IPES-IBAD — e isso era repetido nos editoriais dos grandes jornais do País, infiltrado no noticiário das rádios e televisões, discutido em cursos, simpósios, impresso em panfletos e artigos — um perigo vermelho cercava o Governo trabalhista. Era um argumento bastante forte junto aos grupos católicos, que ainda não haviam absorvido, na época, o impacto das novas diretrizes de Roma — em particular, das postula-

Foto Agência O Globo



ções que ganharam forma no Concílio Vaticano II.

Diante da crescente mobilização operária, o complexo IPES-IBAD lançou-se em uma campanha destinada a desorganizar “a incipiente consciência e militância de classe que as massas trabalhadoras aos poucos adquiriram”, como escreve Dreifuss. A pregação anticomunista e antitrabalhista chegou aos meios operários tanto por via religiosa quanto através dos programas de intercâmbio promovidos pela agência norte-americana para o desenvolvimento internacional, USAID.

A frente decisiva de atuação da elite orgânica seria, porém, o General Golbery do Couto e Silva, a ação junto às forças armadas. Segundo o Professor Dreifuss, foi Golbery “quem realizou a parte cerebral do golpe”. Os temas mais abordados, para esta plateia, foram o perigo comunista, o desenvolvimento brasileiro (que se dizia ameaçado ora pela militância nacionalista, ora pela inflação ou pelas greves) e a “importância histórica da instituição militar como poder moderador”. Posteriormente, a campanha se fundamentaria na defesa da hierarquia militar, que se supunha posta em risco pelos movimentos reivindicatórios de praças. A Escola Superior de Guerra foi uma das primeiras instituições a serem conquistadas, servindo de palco para a divulgação da ideologia de segurança

nacional, “de fundamental importância para os interesses da elite orgânica”.

A ligação do IPES com a ESG teve grande importância na organização do estado-maior informal do movimento, chefiado pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco. “A finalidade desse estado-maior”, escreve Dreifuss, “era a consolidação de uma rede de militares em todo o Brasil e a coordenação da ação para depor João Goulart”.

Diz o autor que outros grupos conspiravam nas forças armadas contra o Governo constitucional. Um desses grupos era liderado pelo General Olímpio Mourão Filho; embora os militares do IPES-IBAD tenham conversado muitas vezes com ele, jamais o consideraram confiável para transmitir informações sobre as atividades da elite orgânica. Quando o golpe finalmente ocorreu, o General Mourão Filho passou a acreditar que “havia sido o responsável pela formação do movimento militar”, suposição sem fundamento. Pelo contrário, na etapa conspiratória, os documentos recolhidos pelo pesquisador uruguaio demonstram que a elite orgânica temia que as atitudes impulsivas do General Mourão provocassem reação do Governo, comprometendo a campanha que se conduzia com a maior ordem e cuidado. E, quando o golpe ocorreu, foi a elite orgânica que ocupou os postos-chaves. “Apesar de o General Mourão Filho ter desencadeado o golpe, foi sem dúvida a elite orgânica do complexo IPES-IBAD quem colheu os frutos da vitória”, escreve Dreifuss.

De fato, o General Castelo Branco tornou-se Presidente da República; o General Golbery passou a dirigir o Serviço Nacional de Informações (por ele criado para formular diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira) e o ipesiano Roberto Campos assumiu o Ministério do Planejamento, com poderes para realizar a defesa dos investimentos multinacionais no País conforme os planos prévios e cuidadosamente traçados.

Conclui Dreifuss que o modelo usado no Brasil no início dos anos 60 voltaria a ser empregado, no todo ou em parte, por várias vezes, em particular na conspiração que, dez anos depois, culminaria com a derrubada do Governo constitucional de Salvador Allende, no Chile.



# Brasil, 1º de abril

**E**u tinha dois anos quando os militares tomaram o poder. João Goulart foi para mim, durante muito tempo, o mais obscuro dos presidentes brasileiros — e não podia haver outra conclusão a partir dos livros que, na escola, ensinaram a toda uma geração que João Belchior Marques Goulart desestabilizou o País, aliando-se a elementos radicais e permitindo greves, até que a Revolução de 64 surgiu para moralizar a situação inadmissível. Só isto, em poucas linhas.

E claro que nem só de livrinhos ginásianos vive o homem, felizmente. Mas, em grande medida o bloqueio de informações foi eficiente nestes 20 anos. E não é outro o trunfo do filme *Jango*, de Sílvio Tendler, senão trazer de volta imagens e sons de um dos períodos mais agitados da história do Brasil. As pessoas que têm hoje perto de 20 anos retribuem o presente com-

parecendo em massa aos cinemas, em atitude que está bem longe da nostalgia: antigas e mal-conservadas na maior parte, as imagens desfiadas ao longo de 117 minutos são absolutamente inéditas para a maior parte do público.

A viagem histórica, conduzida com mão de mestre por Tendler, é uma viagem emocional. Há na Avenida Presidente Vargas, no Rio, uma pichação violenta: "Mantenha a cidade limpa, mate o comunista por dia". Um policial espanca um estudante, imagens tensas em que são visíveis expressões de dor, de pânico, de ódio, e sangue. Jango, já no exílio, corta o bolo de aniversário de sua filha sem esboçar o mais leve sorriso, olhos tristes. O General Antônio Carlos Muricy, em entrevista colorida e recente, justifica o golpe militar como reação a um suposto golpe que estava em curso, preparado pelo Governo Federal.

A reação da platéia, conduzida pela sucessão de imagens, pelo texto preciso e pela emocionada trilha sonora de Milton Nascimento e Wagner Tiso, varia ao sabor das ondas. Nada mais natural do que gargalhadas diante de Magalhães Pinto dizendo que nunca almejou "nada de pessoal" e jamais pretendeu chegar à Presidência da República. Nada mais inevitável do que um profundo silêncio diante da imagem de Che Guevara — desta vez não em posters, com a legenda "Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás", mas desgrenhado e morto aos pés do General Hugo Banzer.

O Jango que salta do *Jango* de Tendler nada tem de obscuro. No comício da Central — cartada arriscada ou gol de honra às vésperas do golpe inevitável? —, ele aparece tenso ao lado de dona Maria Tereza, belíssima

primeira dama. E as imagens não mentem: no comício ou à mesa do jantar com comandantes militares, Goulart foi sempre uma grande figura trágica, habitante solitário de um vácuo político, um Presidente indeciso e contraditório, pressionado por forças populares que ajudou a liberar e por forças conservadoras que, reformista, assustou.

Trata-se de uma viagem emocional, em primeiro lugar. Certo: cabe toda uma discussão sobre o que na Universidade se chama de "populismo" como forma de atuação política, como cabe questionar até que ponto era real o "avanço das forças populares" que se acreditava haver na época. Mas esse questionamento fica para depois saindo de uma sessão de *Jango*, não há como evitar o silêncio perplexo; os fantasmas entalados na garganta. (Sérgio Rodrigues)

## O Jango, de Tendler: h Para os este f todo no



João Goulart  
bacharel e vice  
de Juscelino



Tendler e a  
imagem de  
Jango no seu  
exílio



# QUEM É O BANERJ RECOLHER SO OS IMPOSTOS

## ICM É NO BANERJ. A PARTIR DO DIA 2 DE ABRIL.

Por determinação da Secretaria Estadual de Fazenda, todos os impostos estaduais serão recolhidos pelo Banerj. No caso do ICM os prazos de recolhimento são:

**Indústria**  
2 a 10 de abril.

**Comércio Atacadista**  
11 a 20 de abril.

**Comércio Varejista**  
21 a 30 de abril.

## POR QUE NO BANERJ?

O Banerj é o Banco do nosso Estado. É somente o Banerj que pode garantir que os recursos movimentados serão investi-

dos em benefício do nosso próprio Estado. No Banerj, o tributo que você paga reverte em benefício de sua própria empresa e comunidade. Pensando no seu Estado, você está pensando em si mesmo. Pense nisto.

## O BANERJ ESTÁ ARREGACANDO AS MANGAS PARA ATENDER VOCE MELHOR.

Do presidente ao contínuo, o Banerj não está

medindo esforços para poder atender ao contribuinte da melhor forma possível. O trabalho será árduo sem dúvida, mas a vontade de oferecer um serviço melhor aos con-

tribuintes e clientes é hoje, mais do que uma promessa, uma atitude presente em todos os nossos funcionários. Apareça e comprove.



## ENDEREÇOS DO BANERJ NO E

- AEROPORTO** - Av. Churchill, 94 A e E; **ALFÂNDEGA** - Rua da Alibreda, 98 A; **ANA NERI** - Rua Leônico Cardoso, 456; **AV. CHILE** - Av. República do Chile, 100 - 1.º; **AV. PRES. VARGAS** - Av. Pres. Vargas, 1100; **BANGU** - Av. Cônego de Vasconcelos, 135 A; **BARRASHOPPING** - Av. das Américas, 4666 - Lj. 116 E; **BARRA DA TIJUCA** - Pça. Ezequiel Lodi, 60; **BENFICA** - Rua Capitão Félix, 121; **BENTO RIBEIRO** - Av. João Vicente, 1235/A; **BONSUCESSO** - Rua Cardoso de Moraes, 145 A; **BUENOS AIRES** - Rua Buenos Aires, 320; **CAMPO GRANDE** - Rua Augusto Vasconcelos, 254; **CARVALHO DE SOUZA** - Rua Carvalho de Souza, 247 A; **CASCADURA** - Pça. N. Sra. do Amparo, 32; **CASTELO** - Av. Nilo Peçanha, 12; **CATETE** - Rua do Catete, 190; **CATUMBI** - Rua Catumbi, 42; **CEASA** - Av. Brasil, 19.001 lts. 1 e 2; **CENTRAL** - Av. Nilo Peçanha, 175; **CIDADE NOVA** - Rua
- Afonso Cavalcanti, 75 - A; **CINELÂNDIA** - Rua Senador Dantas, 74 - A; **COELHO NETO** - Av. Automóvel Clube, 10185; **CONDE DE BONFIM** - Rua Haddock Lobo, 465; **COPACABANA** - Av. N. Sra. de Copacabana, 1335 - A; **DIAS DA CRUZ** - Rua Das da Cruz, 215 - lts. A/B; **FÁTIMA** - Rua do Ruchuelo, 217 - C; **FIGUEIREDO MAGALHÃES** - Rua Figueiredo Magalhães, 263-A; **FLAMENGO** - Rua Senador Vergueiro, 90 - A; **GOVERNADOR** - Rua Capitão Barbosa, 833; **GRAJÁU** - Rua Barão de Mesquita, 998 - A; **HADDOCK LOBO** - Rua Haddock Lobo, 219 - A; **HUMAITÁ** - Rua Humaitá, 12/A; **IPANEMA** - Rua Visc. de Pirajá, 411/A; **IPEKI** - Av. Pres. Vargas, 670; **ITAJÁ** - Av. Monsenhor Félix, 644; **ITAPARATI** - Rua Senador Pompeu, 187 A; **JACARÉ** - Rua Lino Teixeira, 290; **TAQUARA** - Estr. do Tindiba, 2030; **JARDIM BOTÂNICO** - Rua Jardim Botânico, 728 lts. 101/103; **JARDIM**
- GUANABARA** - Estrada do Galeão, 2743; **LARANJEIRAS** - Rua das Laranjeiras, 1833; **LEBLON** - Rua Gen. Urussaí, 67; **LIDO** - Av. N. S. de Copacabana, 128; **MADUREIRA** - Av. Plin. Edgard Romero, 299 l; **MARIZ E BARROS** - Rua Mariz e Barros, 1107 lts. A/B; **MARQUÊS DO HERVAL** - Av. Rio Branco, 185 l; **MAYKINK VEIGA** - Rua Playnik Veiga, 3436; **MEJER** - Rua Arquias Cordeiro, 254; **MERCADO DAS FLORES** - Rua do Rosário, 131; **MERCADO SÃO SEBASTIÃO** - Rua da Faria, 110; **MÉXICO** - Rua México, 90/A; **PAQUETA** - Rua Furquin Werneck, 115; **PASSAGEM** - Rua da Passagem, 72 - A; **PENHA** - Largo da Penha, 30; **FLAVES** - Av. João Ribeiro, 44 - A; **POSTO** - Av. Rodrigues Alves, 20; **POSTO V** - Av. N. S. Copacabana, 908; **POSTO IV** - Av. N. S. Copacabana, 730 l; **PRAÇA DA BANDEIRA** - Rua do Matoso, 12714; **PRAÇA XV** - Praça XV de Novembro, 20; **PRA-**
- CASECA** - Rua Capitão Bessico, 1710 lts. A/B; **1.º DE MARÇO** - Rua Visconde de Inhamitima, 37-A; **QUITANDA** - Rua da Quitanda, 100/110; **RAMOS** - Rua Escaldas Faria, 59 l; **REALENGO** - Av. Santa Cruz, 1215; **RIO BRANCO** - Av. Rio Branco, 109-A; **RIO COMPRIDO** - Rua Arturides Lobo, 237/l; **A/B-241 l; A; ROCHA PURANDA** - Av. dos Italianos, 375; **ROSÁRIO** - Pça. Monte Castelo, 227/A; **SANTA CRUZ** - Rua Felipe Cardoso, 110; **SANTANA** - Rua Santana, 184 l; **SANTO CRISTÓVÃO** - Pça. Marechal Hermes, 2; **SÃO CRISTÓVÃO** - Campo S. Cristóvão, 158; **SETE DE SETEMBRO** - Rua Sete de Setembro, 32 Loja; **TIJUCA** - Rua Conde de Bonfim, 380/A; **URUGUAI** - Rua Conde de Bonfim, 719/A/B/C; **VICENTE DE CARVALHO** - Estr. Vicente de Carvalho, 1549-A; **VILA ISABEL** - Av. Vinte e Oito de Setembro, 340; **VINTE E QUATRO DE MAIO** - Rua Vinte e Quatro de Maio, 395/A; **VIS-**
- CONDE DE PRAIA** - Rua Visconde de Pirajá, 359/B; **VOLUNTARIOS** - Rua Voluntários da Pátria, 190; **SANTA MARIA NA DALENA** - Rua Barão de Sta. M. Madalena, 60; **SANTO ANTONIO DE PÁDUA** - Rua dos Leites, 60; **SÃO FIDELIS** - Rua Dr. José Francisco, 112; **PUREZA** - Av. Profa. Jacy Nader, 495; **ALCANTARA** - Rua Alfredo Bacher, 681; **COLUBANDE** - Rod. Anamar Pezoto, Km. 9,7-Bloco F; **SÃO GONÇALDO** - Rua Nilo Peçanha, 25; **SÃO FRANCISCO DE PAULA** - Estr. da Barra do Itaipaviana, s/n.º; **SÃO JOÃO DE MERITI** - Rua da Matriz, 418/426; **SÃO PEDRO DA ALDEIA** - Rua Dr. Antonio Alves, 49; **SÃO SEBASTIÃO DO ALTO** - Rua Júlio Vilelas, 80; **SAPUCAIA** - Rua Maurício de Abreu, 235; **BA-CAIXA** - Pça. Santo Antonio, 246; **SAQUAREMA** - Rua Barão de Saquarema, 253/A; **SILVA JARDIM** - Rua Luis Gomes, 415; **SU-MIDOURO** - Praça Paulista Lema, 01; **TERE-**
- SÓPOLIS** - Av. Delfim Moreira, 595; **TRAJANO DE MORAIS** - Praça Nilo Peçanha, 4; **TREZ RIOS** - Rua Duque de Caxias, 600; **VALENÇA** - Rua dos Mineiros, 34; **VASCOURAS** - Rua Caetano Furquim, 20; **RETIRO** - Av. Sávio Gama, 2119; **VOLTA REDONDA** - Av. Anamar Pezoto, 120; **JANAPARÁ** - Av. Paulo Fernandes, 308; **TRAIJAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º; **DIAS DA CRUZ** - Rua Silva Cabral, 349; **SUDEBAR** - Av. Alvorada, 2001-parte; **CAMPOS** - Rua Santos Dumont, 60; **CANCELA** - Av. do Exército, 30; **CEDAE** - Rua do Rachuelo, 287; **DETRAN** - Av. Francisco Bicalho, 250; **DETRAN** - Av. Desidério de Oliveira, s/n.º



# Brasil, 1º de abril

É igual e diferente. O anseio de reformas, a dependência econômica, a crise rural tornaram-se muito mais graves. Mudaram penteados, roupas, automóveis. Mas o que mais se transformou foi o temperamento das platéias. É inacreditável que, há 20 anos, o filme da CIA que Tendler incluiu em seu filme tenha convencido alguém. E que o pessoal daquele tempo levasse a sério a desambição do Governador Magalhães Pinto. Afinal, parece que o pessoal aprendeu alguma coisa nestas duas últimas e sofridas décadas. Ficamos mais desconfiados, mais críticos, talvez mais amargos.

## Homem bom, olhos tristes moços, filme é ovidade

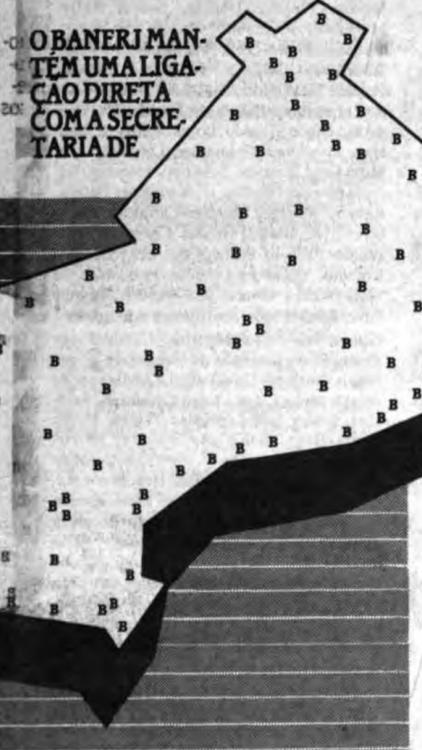
Ao se assistir a Jango, é inevitável a ideia de que estamos no fechamento de um ciclo. "Mesmo reconhecendo seus defeitos, acho que o que veio depois de Jango foi tão pior que começamos a achá-lo maravilhoso", disse Silvio Tendler, diretor do filme, em entrevista à revista Veja. Ele acha razoável que Jango seja apelidado de "filmes das diretas" porque o realizou pela "causa da democracia". Falando à Folha de São Paulo, declarou ser sua intenção que o filme sirva como referência para "a gente pensar o Brasil daqui para diante, conhecendo o passado".

O sucesso do documentário — mensurável até pelo grande número de entrevistas que Tendler concedeu nas duas últimas semanas — parece indicar que, superada uma fase de nossa História, o público é tomado pelo furor de conhecer (alguns) e relembrar (outros) o quadro político e social que antecedeu o golpe de 1964 e o regime autoritário que então se instalou. Por outro lado, o veto da censura ao filme (suspensão logo em seguida, pelo Ministro da Justiça) parece indicar que o autoritarismo não está tão superado assim.

Afinal, o que há em comum entre o período pré-golpe de 64 e o que vivemos hoje? A competente reconstituição histórica do filme ajuda a reavivar a memória dos esquecidos, na busca de semelhanças e diferenças. Mudaram os penteados e as roupas. Mudou a inflação — pouco acima de 80 por cento, em 1963, e hoje para lá de 200. Mas a classe média continua sendo o fiel da balança política — lá está ela, marchando como defensora do que chamavam de "nossos melhores valores cristãos" — embora tenha mudado de lado e vá às ruas, hoje, empunhando os pirulitos das "diretas já". E há personagens recorrentes, como o na época Embaixador nos Estados Unidos, Roberto Campos: ele aparece numa das cenas do filme como uma sombra de San Thiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores, quando este, em Washington, tenta renegociar nossa dívida externa em nome de maior independência política e econômica. Roberto Campos, hoje senador, defende aguerrido, a abertura ao capital estrangeiro dos setores ainda dele protegidos, apesar de tudo.

A dependência econômica do Brasil, umas das questões mais debatidas no Governo João Goulart, agravou-se profundamente de lá para cá. Como se agravaram a concentração da propriedade rural e o supercrescimento das grandes cidades, problemas que a reforma agrária proposta pelo Governo Federal tentava evitar e a reforma urbana cuidava de contornar. As reformas de base do período de Jango são, em 1984, mais atuais e urgentes do que em 1964. Por outro lado, o fato de a classe média ter baixado a bandeira do anticomunismo e erguido a das eleições diretas parece indicar alguns progressos. Hoje soa demasiadamente ridículo o filmezinho de propaganda que a CIA produziu às vésperas do golpe, no qual um grupo de negros "bem brasileiros" entoou o estribilho: "Essa história de mandar todo um país ao paredão, aqui não!" Para as platéias atuais, que se deparam com a peça inserida no filme Jango, a manobra ideológica é patente — e canhestra. Na época, dizem, funcionou. Quais foram os avanços e quais os retrocessos, são perguntas que o espectador de Jango certamente se faz. Os aspectos são múltiplos e saltam de cada cena do documentário — o filme do momento, com toda a razão.

# BANERJ PARA ZINHO TODOS ESTADUAIS?



**FAZENDA PARA FACILITAR SUA VIDA.** Orientar e simplificar a vida do contribuinte é o mínimo que qualquer banco deve oferecer. O Banerj, entretanto, por ser o Banco do Estado, oferece aos seus clientes e contribuintes uma tranquilidade a mais: contato permanente com a Secretaria Estadual de Fazenda. Com o Banerj, você está sempre perto

da solução dos seus problemas. Sem problemas. **O BANERJ ESTÁ EM TODA PARTE. CONTE COM A GENTE.** As Agências e Postos do Banerj, distribuídos em todos os municípios, estarão trabalhando por você. Em cada um deles, você encontra o mesmo espírito: trabalho e boa vontade. O máximo pelo nosso Estado. Acredite na gente. Mais uma vez, Banerj na cabeça.

# BANERJ

O BANCO DO POVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
- 115-Corredor D sala 310; PALÁCIO GUANABARA-RJ - Rua Pinheiro Machado, s/n.º
  - 115-1.º andar; PIRAQUEJURU - Trav. Leopoldina de Oliveira, 335; PREFEIT. DE ARARUAMA-RJ - Av. John Kennedy, s/n.º
  - PREFEIT. D. DE CAXIAS-RJ - Praça Roberto da Silveira, 31; PREFEIT. DE S. GONÇALO-RJ - Rua Feliciano Sodré, 100; PREFEIT. S. J. MERITI-RJ - Av. Presidente Lincoln, 699; PREFEIT. DE TRÊS RIOS-RJ - Praça São Sebastião, 61; PREFEIT. DE V. REDONDA-RJ - Praça Sávio Gama, 53; RODOVIÁRIA NOVO RIO-RJ - Av. Francisco Bicalho, 1-1js. 114/117; SERPRO-ACM - Rua da Lapa, 66; SERPRO URU-RJ - Rua Pacheco Leão, 1.235-fundos; TELERJ-RJ - Av. Presidente Vargas, 2560-terreço; UERJ-RJ - Rua São Francisco Xavier, 524; VILA MILITAR-RJ - Praça Marechal, s/n.º; HOTEL MERIDIEN-RJ - Av. Princesa Isabel, 7; RIO SHERATON HOTEL-RJ - Av. Niemeyer, 121; ANGRA DOS REIS - Rua do Comércio, 250; ARARUAMA - Rua Cel. Francisco Alves da Silva, 88; BARRA MANSA - Av. Joaquim Leite, 501; BARRA DO PIRAI - Rua Governador Portella, 96; BOM JESUS DO ITABAPOANA - Rua XV de Novembro, 22; CABO FRIO - Pça. Dom Pedro II, 12 Lj. 1; CACHOEIRAS DE MACAÛ - Pça. Duque de Caxias, 13; CAMBUCI - Rua Maria Jacob, 222; CAMPOS - Pça. São Salvador, 21/23; GOITACAZES - Rua São Gonçalo, 41; GUARUS - Rodovia BR 101 - Km. 4,5-Est. Campos/Vitória; ITALVA - Rua Cel. Luiz Salles 86 loja; CANTAGALO - Rua Getúlio Vargas, 152; CARHO - Pça. Princesa Isabel, 15; CASIMIRO DE ABREU - Rua Prefeito Alpheus Marchon, 120; CONCEIÇÃO DE MACABU - Pça. Santos Dumont, 69; CORDEIRO - Rua XV de Novembro, 27; DUAS BARRAS - Rua Dr. Modesto de Melo, 42; DUQUE DE CAXIAS - Rua Paulo Lins, 38; ENG.º PAULO DE FRONTIM - Pça. Prof. Roger Malhardes, 16 A; VENDA DAS PEDRAS - Av. Vinte e Dois de Maio, 7890; ITAGUAÍ - Rua Dr. Crúvelo Cavalcante, 164/168; ITAOCARA - Rua São José, 60; ITAPERUNA - Rua Major Porfirio Henriques, 105; LAJE DO MURIAE - Pça. Padre Martins, 128; MACAË - Av. Rui Barbosa, 135; MAGÉ - Av. Simão da Mota, 950; MANGARATIBA - Rua Domingos Januzzi, 25; MARICÁ - Rua Ribeiro de Almeida, 22; MENDES - Av. Amarel Peixoto, 31; MIGUEL PEREIRA - Rua Gen. Ferreira Amarel, 40; MIRACEMA - Rua Marechal Floriano, 51; NATIVIDADE - Rua Dr. Raul Travaços, 2; VARRE-SAI - Rua Felicitismo Faria Salgado, 64; NILOPOLIS - Av. Getúlio Vargas, 1306; BARÃO DO AMAZONAS - Rua Luis Leopoldo Fernandes Pinheiro, 534; ICARAI - Rua José Peixoto, 194; INGÁ - Rua Paulo Alves, 65; JOSÉ CLEMENTE - Rua José Clemente, 94; NITERÓI - Av. Amarel Peixoto, 15; VISCONDE DE URUGUAÍ - Rua Mal. Deodoro, 30; NOVA FRIBURGO - Av. Alberto Brantje, 52; OLARIA - Av. Julio Antonio Thuler, 207; NOVA IGUAÇU - Rua Octávio Tarquínio, 50; PARACAMBI - Rua Ministro Sebastião Lacerda, 190; PARAIBA DO SUL - Rua Marechal Deodoro, 706; PARATI - Rua Maria Jacome de Melo, 367; IMPERADOR - Rua do Imperador, 406; ITAIPAVA - Estr. União Indústria, 1272b; PETROPOLIS - Rua do Imperador, 1060; SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Rua Santa Fé, 24; FIRAÍ - Rua Roberto Silveira, 152; RESENDE - Av. Marechal Castelo Branco, 1 Lj. 1; RIO BONITO - Av. Castelo Branco, 55; RIO CLARO - Rua Prof. Mozart Cesar Valle, 182; RIO DAS FLORES - Pça. Coronel Suenia, 14;



Os marinheiros e o painel dos metalúrgicos: cenário ideal para o desafio às leis da hierarquia

## Ele é. Desde quando? O traidor

Além de ser um feito de reportagem, a entrevista do ex-cabo José Anselmo a Octávio Ribeiro, da revista Isto E, é uma peça ambígua no atual jogo político. Os homens que controlam Anselmo podem ter pretendido atingir os antigos exilados. Mas, de tudo que está na matéria, o mais relevante é a extrema covardia do traidor, capaz de entregar à morte sua própria mulher, entre duas centenas de companheiros. Há, porém, uma omissão importante no depoimento: os fatos de 1964. Anselmo foi conduzido à presidência da Associação dos Marinheiros, em maio de 1963, como providencial candidato de conciliação — era apoiado pelas muitas tendências de esquerda, mas, dizendo-se católico, circulava bem entre os colegas mais velhos e moderados. E, já na sua posse, o vice-presidente da Associação, Antônio Geraldo, contrapunha "os que ficam para trair e que ficam para salvar". Anselmo, já então, vinha para trair. Comentando a entrevista, na revista Senhor de 4 de abril, o jornalista Francisco Viana lembra que, em 1967, na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade, OLAS, em Havana, o antigo líder foi marginalizado. Essa marginalização foi atribuída à suspeita de que Anselmo era homossexual — o que o desqualificaria para o comando do grupo. Terá sido assim? A suspeita de que Anselmo vinha para trair não estava, em 1963, apenas nas palavras de Antônio Geraldo. Dois oficiais generais — um ligado ao Governo João Goulart, outro ao golpe que o depôs — referiram-se a Anselmo como "agente". Os serviços secretos militares apuraram, na época, que ele fora treinado pelo FBI americano, e os conspiradores de 1964, o tinham como aliado. Sua prisão e fuga espetacular da cadeia do Alto da Boa Vista, a 31 de março de 1966, foi considerada manobra para reativar a aura de prestígio do agente, desgastado junto às esquerdas. Sua aceitação em círculos que se preparavam para a ação guerrilheira evidencia um espírito de época, mas dificilmente comoveria o governo cubano, hóspede dos delegados à OLAS. De Montevidéu, partiram comunicados a Havana dando conta do perigo que Anselmo representava; isso não poderia escapar à detecção de organismos de segurança que acompanham usualmente a política brasileira. A história do homossexualismo deve ter sido mais uma desculpa do que um motivo de isolamento, até porque não havia em Cuba, na época, qualquer política definida de restrição aos homossexuais. A história da conspiração que levou ao golpe de 1964 está contada apenas em parte, e como os fornecedores de documentos são justamente os que nela estavam envolvidos, tem-se por certo que os episódios mais comprometidos ainda permanecem desconhecidos. Note-se, por exemplo, que, em 1962, quando o IPES cooptava jornais para a mobilização golpista, os editores receberam ordens de noticiar sempre nas primeiras páginas e "com fotos, pelo menos uma vez por semana", os movimentos de soldados. Na época, isto pareceu aos jornalistas algo surpreendente, porque partia das direções conservadoras dos jornais, depois, tudo ganhou sentido. Um estudo encomendado por um desses editores a seu repórter acreditado ao Ministério da Guerra informava que os sargentos do Exército mais ativos politicamente eram burocratas, distantes da tropa. E mais: que, na Marinha, onde havia maiores motivos para queixas (a proibição do casamento, o baixo soldo dos militares profissionais), as soluções estavam encaminhadas e só por estranhos motivos não se tinham concretizado. Foi nesse quadro que surgiu Anselmo, moço, elegante, falso estudante de direito. Desde o começo, para trair.



# Brasil, 1º de abril

Enquanto o regime desabava, o Congresso debatia a anistia para os sargentos rebeldes de dezembro de 1983. O Marechal Juarez Távora apelava para que o Presidente da República "reconstruísse a unidade consciente do Exército dentro dos princípios fundamentais da hierarquia e da disciplina militares". Chegavam ao plenário notícias de prisões e violências. Só na madrugada do dia 3, numa sessão tumultuada, de quorum duvidoso, o cargo de Presidente da República foi declarado vago, embora João Goulart estivesse ainda em território nacional, no Rio Grande do Sul. Pouco depois, saía a primeira lista de cassações.



À esquerda: o Ministro da Guerra, General Artur da Costa e Silva, Ranieri Mazzilli e Dom José Newton, Presidente sem poder



Francisco Julião, das Ligas Camponesas, era pela anistia.

1937, que deu origem ao Estado Novo, atendera a convocação pelos militares para opinar sobre o assunto. E Campos fora incisivo: "Só a força, ela mesma, tem autoridade para dizer ao Congresso Nacional, à Justiça, que quer adotar tais e tais decisões e não haverá remédio algum contra essa decisão de força".

Após o abalado parecer oral de Campos, abandonou-se em definitivo a idéia de o Congresso Nacional elaborar e promulgar os Atos Institucionais, iniciativa que então se atribuiu à Junta Militar, que, paralelamente à investidura formal do Sr. Mazzilli, exercia, de fato, o Poder Executivo. Távora concluía, na sua linguagem sem adjetivos:

"É provável que haja muitas exceções drásticas, para que aqueles que fizeram a revolução se sintam à vontade, tenham os instrumentos necessários para realizar aquilo que eles chamam expurgo necessário. Não entro no mérito desse expurgo, mas de qualquer maneira eu gostaria de dizer à Casa que senti um alívio quando me certifiquei de que não vamos assumir a responsabilidade daquilo que só a força pode fazer e a força não somos nós, senão dentro da Lei".

Pouco depois, o Comando Revolucionário editava o seu primeiro Ato Institucional.

## A primeira lista de cassações

No dia 10 de abril de 1964, com base no Artigo 10 do Ato Institucional de 9 de abril, o Comando Supremo da Revolução divulgava a primeira lista de cem pessoas atingidas pelas cassações e suspensão de direitos políticos, por um prazo de 10 anos.

Os cem eram os seguintes: Luis Carlos Prestes, João Belchior Marques Goulart, Alencar da Silva Quadros, Miguel Arrais de Alencar, Darci Ribeiro, Raul Riff, Valdir Pires, General Luis Gonzaga de Oliveira Leite, General Sampson da Nóbrega Sampaio, General de Moura Brizola, Clodsmith Riani, Clodomir Moraes, Hércules Correia dos Reis, Dante Pelacani, Osvaldo Pacheco da Silva, Samuel Wainer, Santos Vahlis, Lincoln Cordeiro Oest, Heber Maranhão, José Campelo Filho, Desembargador Osni Duarte Pereira, Ministro José de Aguiar Dias, Francisco Mangabeira, Jesus Soares Pereira, Hugo Regis dos Reis, Jairo José Farias, José Joffely, Celso Furtado, Marechal Osvaldo Ferreira Alves, Josué de Castro, João Pignheiro Neto, Antônio Garcia Filho, Djalma Maranhão, Humberto Menezes Pinheiro, Ubaldo Santos, Rafael Martinelli, Raimundo Castelo de Souza, Rubens Pinho Teixeira, Felipe Ramos Rodrigues, Álvaro Ventura, Antônio Pereira Neto, João Batista Gomes, Ademar Latrilha, Feliciano Honorato Vandelrei, Othon Canedo Lopes, Paulo de Santana, Luis Hugo Guimarães, Luis Viegas da Mota Lima, Severino Schnaipp, Mecando Rachid, Newton Oliveira, Demistóclides Batista, Roberto Moreira, Benedito Cerqueira, Humberto Melo Bastos, Hermes Caires de Brito, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, Salvador Romano Lossaco, Olímpio Fernandes de Melo, Valdir Gomes dos Santos, Amauri Silva, Almino Monteiro Álvares Afonso, José Guimarães, Neiva Moreira, Clóvis Ferro Costa, Sílvio Leopoldo de Macabriba Braga, Adail Barreto Cavalcanti, Abelardo de Araújo Jurema, Artur Lima Cavalcanti, Francisco Julião, José Lamartine Távora, Murilo Costa Rego, Pelópidas Silveira, Barros Barreto, Valdemar Alves, Henrique Cordeiro Oest, Fernando de Sant'Ana, Hélio Vitor Ramos, João Dória, Mário Soares Lima, Ramon de Oliveira Neto, Luis Fernando Bocaiuva Cunha, Luis Gonzaga de Paiva Muniz, Adão Pereira Nunes, Elci Ângelo Coutinho Dutra, Marco Antônio Tavares Coelho, Max da Costa Santos, Roland Cavalcanti Albuquerque Corbisier, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, José Aparecido de Oliveira, Plínio Soares de Arruda Sampaio, José Antônio Rogê Ferreira, Rubens Paiva, Paulo de Tarso Santos, Moisés Lupion, Milton Garcia Dutra, Nei Ortiz Borges, Paulo Mincaronne, Armando Temperani Pereira, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e José Anselmo dos Santos.

O ato foi assinado pelo General de Exército Artur da Costa e Silva, pelo Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

Ao ler, na Câmara Federal, em Brasília, a relação dos 40 parlamentares — cujos nomes constavam da primeira lista —, o Deputado Lenoir Vargas, do Partido Social Democrático de Santa Catarina, acrescentou um nome que estava ausente entre os cem cassados: o do Deputado Elói Dutra (na época Vice-Governador do Estado da Guanabara) teve o mandato parlamentar suspenso mas manteinha os direitos políticos intactos.

A presidência foi declarada vaga no dia 3, às três da madrugada

# O Parlamento capitula

O Senador Auro Soares de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República às 3 horas do dia 3 de abril, estando o Presidente João Goulart ainda no Rio Grande do Sul, onde tentava coordenar um contra-golpe.

Horas antes, em companhia do Arcebispo de Brasília, Dom José Newton, do Presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzilli, dos líderes da União Democrática Nacional no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, Pedro Aleixo e Adauto Lúcio Cardoso, do líder do Partido Social Democrático na Câmara dos Deputados, Martins Rodrigues, e do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa, Moura Andrade recebera em seu gabinete, no Congresso Nacional, o Comandante Militar do Planalto, General Nicolau Fico, a quem fizera um apelo: que não entregasse, de forma alguma, armas e cartuchos-reservistas, que, segundo informação chegada aos meios políticos, pretendiam defender a legalidade.

À noite, o Sr. Ranieri Mazzilli não preside mais a sessão da Câmara dos Deputados. Ele está em seu gabinete, esperando o sinal para assumir a Presidência da República, no Palácio do Planalto. Essa solenidade está na dependência de uma sessão extraordinária do Congresso Nacional em se declarar oficialmente a vacância da suprema magistratura da Nação. Na sessão da noite, vários oradores haviam ocupado a tribuna da Câmara dos Deputados, dando um balanço da situação em seus Estados, e o Congresso Nacional não se reuniu. Isso ocorria agora, às primeiras horas da madrugada, com a maioria dos congressistas sendo convocada por telefone — o que criou, segundo as correntes legalistas, "óbvias discriminações no processo de convocação".

A reunião que homologou o ato de força durou menos de cinco minutos, apesar das tentativas do Deputado Sérgio Magalhães de levantar várias questões de ordem. O Sr. Moura Andrade leu inicialmente um ofício do Sr. Darci Ribeiro, onde o Chefe da Casa Civil declarava, textualmente:

"O Senhor Presidente da República incumbiu-se de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbôço o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na Chefia do Poder Executivo, decidi viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais".

Lida a comunicação do Sr. Darci Ribeiro, o Sr. Sérgio Magalhães declarou que a convocação do Congresso Nacional, para uma sessão extraordinária, era ilegal, uma vez que o Sr. Goulart se mantinha em território nacional, em local definido e na plenitude dos seus direitos constitucionais. O Sr. Moura Andrade, entretanto, não concordou com a colocação do parlamentar trabalhista, insistindo em que Goulart abandonara o Governo e se manifestara uma acefalia no Poder Executivo. E concluiu:

"Recai sobre a Mesa Diretora (do Congresso Nacional) a responsabilidade pela sorte do Brasil em peso. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República nos termos do Artigo 79 da Constituição Federal, inves-

tindo o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ranieri Mazzilli".

Suspensa a sessão, uma delegação de senadores e deputados, a pé, acompanhou o Sr. Mazzilli até o Palácio do Planalto.

## A anistia para os sargentos

De 30 de março de 1º de abril de 1964, estava em pauta, na Câmara dos Deputados, projeto do Deputado Adão Pereira Nunes, então do Partido Social Progressista (líder nacional: Ademar de Barros), concedendo anistia a 12 de setembro de 1963, que, basicamente, reivindicavam o direito de votar e serem votados.

A União Democrática Nacional, pelo seu líder Adauto Lúcio Cardoso, era contra a anistia; depois, manifestou-se a favor, desde que dela fossem excluídos os civis envolvidos no processo, dois líderes operários de São Paulo. E, com esse pretexto, a bancada udenista deixou o plenário, na hora da primeira votação, para que não houvesse quorum.

Adauto, civil e advogado, era benevolente com os militares e não transigia com os civis. Esse o mote do discurso do Deputado Francisco Julião (Partido Socialista Brasileiro, Pernambuco), registrado nos Anais da Câmara Federal:

"Cada vez mais vejo que Karl Marx tinha razão quando dizia que quem faz a revolução não são as massas oprimidas, mas a reação. E a intransigência da reação se faz sentir hoje, diante de um projeto de anistia que deixou de ser votado porque a gloriosa bancada da UDN, que tem o Deputado Adauto Lúcio Cardoso seu eminente líder, não quis, por intransigência, por capricho, estendê-la a dois líderes sindicais. A anistia é o esquecimento total, não deve comportar discriminações. Essa intransigência é que está levando o País ao caos, à guerra civil.

Adauto Cardoso pediu um aparte e Francisco Julião aceitou, embora o Presidente da Casa, Pascoal Ranieri Mazzilli, lembrasse que o tempo do orador estava esgotado. O líder udenista foi enfático:

"A União Democrática Nacional jamais anistiará os promotores da desordem e da anarquia. Estamos prontos, contudo, a anistiar as vítimas, isto é, aqueles inocentes conduzidos à agitação, ou motim.

Coube ao próprio Deputado Francisco Julião — que era o líder das Ligas Camponesas, na época — a réplica, tão convincente, na retórica ardente daquele tempo, que fez a UDN mudar seu voto e aprovar, na Câmara Federal, o projeto:

"Diante dessa intransigência de um Partido que quer salvar a Nação, de um Partido que não entende a História deste País, de um Partido que se encontra ausente das aspirações do seu povo, o que vai acontecer amanhã, ou depois? É a aceleração desse processo, é a polarização dessa força, é um cavar de trincheiras.

No dia 2 de abril (quando já se consumara o golpe militar), o projeto era aprovado, dispondo no seu Artigo 1º: "Ficam anistiados os militares ou civis participantes dos aconteci-

mentos que se desenrolaram no dia 12 de setembro de 1963 em Brasília e todos aqueles que, em consequência dos mesmos, e em qualquer lugar do Brasil, tenham sofrido ou possam vir a sofrer sanções disciplinares ou legais".

Foi o último projeto de anistia de iniciativa parlamentar. Nem chegou, entretanto, a ser votado no Senado Federal, pois logo os rumos do País tomariam outro curso, embora se mantivessem (ao menos aparentemente) nos trilhos constitucionais.

O próprio Adauto Lúcio Cardoso, que era um liberal, tomara a iniciativa de conduzir, em seu carro, para fora da Câmara Federal, invadida por agentes da repressão, o Deputado Francisco Julião. Eles só se conheceram naqueles dias tensos, exatamente no curso do debate aqui registrado, que deu origem, apesar das posições divergentes, a mútua admiração.

## A notícia de muitas prisões

Um fato novo — o da prisão de parlamentares — começava a ocorrer. Da tribuna da Câmara Federal, os Deputados Fernando Santana, da Bahia, e Sérgio Magalhães, da Guanabara, davam nomes: haviam sido presos, nas últimas horas, os Deputados Neiva Moreira, Max da Costa Santos e Elói Dutra, cujas imunidades parlamentares haviam sido, portanto, desrespeitadas.

Enquanto o Deputado Bocaiuva Cunha, do Estado do Rio de Janeiro, observava que a partir daquele momento "ninguém podia pensar de forma diferente" dos novos detentores do poder político, o gaúcho Milton Dutra dava outra informação: em Recife, o velho líder comunista Gregório Bezerra fora preso e arrastado pelas ruas.

O debate, na Câmara Federal, tornava-se veemente. "Em nome do povo do Maranhão", o Deputado Pedro Braga protestava contra a prisão de Neiva Moreira e juntava fatos novos: no Rio de Janeiro, "beleguins do Sr. Carlos Lacerda tomaram de assalto a residência do Coronel Carlos Alberto Alvarez, ex-Chefe da 3ª Zona Aérea, e com os revólveres apontados para a sua esposa e seus cinco filhos, obrigaram as crianças a cantar o Hino Nacional".

A Oposição estava mobilizada no plenário da Câmara Federal para formular uma série de denúncias. O Deputado Osvaldo Lima Filho, de Pernambuco, informou que o Governador do seu Estado, Miguel Arrais, e o Prefeito de Recife, Pelópidas da Silveira, tinham sido presos e "trancafiados na prisão insalubre da Ilha de Fernando Noronha, onde se recolhem os piores criminosos". Para o líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Doutor de Andrade, "o País assistia ao colapso do poder civil e a instauração de uma ditadura udeno-militarista". Na Bahia, acrescentava o líder petebista, fora preso outro deputado: Mário Lima.

Para o deputado udenista pela Bahia, Aliomar Baleeiro, era "natural" que essas coisas estivessem acontecendo: "Isso vai durar por mais uns dias e depois acalma". O Padre

Arruda Câmara, representante do Partido Democrata Cristão, seção de Pernambuco, era mais categórico que Baleeiro: "O Sr. Miguel Arrais não é mais governador; é ex-governador. Não é o Governador de Pernambuco que está preso".

As denúncias se sucediam: João Herculino revelava que o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, mandara prender o Deputado Sinval Bambira e vários líderes sindicais; Roland Corbisier informava que o Marechal Osvaldo Ferreira Alves fora preso por um Delegado de Polícia; José Carlos Teixeira dizia que, em Sergipe, o Governador Seixas Dória fora obrigado a passar o Governo ao Vice-Governador, sendo imediatamente transportado, com escolta militar, para o Comando da 6ª Região, sediada em Salvador. E o Deputado Milton Dutra dava a última informação à Casa:

"A Universidade de Brasília, idealizada por Darci Ribeiro, acaba de ser tomada pelas tropas mineiras enviadas pelo General Luis Carlos Guedes e o Governador Magalhães Pinto. A Universidade foi atacada como se fosse uma cidade de pais inimigos.

## Mazzilli era só o poder formal

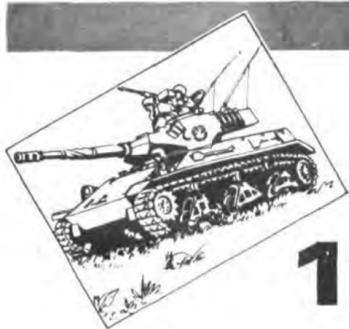
O Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara Federal, era Presidente da República apenas sob o ponto de vista formal. O poder emanava mesmo do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. E para lá se dirigiu — entre outras — uma delegação do Partido Social Democrático, a fim de expor, aos chefes militares, as reivindicações dessa agremiação: cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos por 15 ou 20 anos.

Os possedistas, entretanto, pediam a manutenção do calendário eleitoral, isto é, eleições em 1965, inclusive para a Presidência da República. Quando a delegação retornou à Capital da República, a imprensa procurou o Senador Auro Soares de Moura Andrade, Presidente do Senado. Ele explicou que "as revólveres geram suas próprias leis e que a esta (de 1964) assistia a prerrogativa de punir aqueles que julgasse inimigos, isto independentemente de apreciação judicial".

No plenário da Câmara Federal, o Deputado Juarez Távora voltava a polarizar as atenções: gerais. Ele disse, em síntese, da tribuna, que entre os próprios chefes militares haviam surgido dúvidas a respeito da conveniência de promulgar o Ato Institucional.

Távora informou, a seguir, que um grupo de parlamentares "de todos os partidos" da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, trabalhara "afincadamente" até as primeiras horas da noite anterior para ultimar, com a assistência do Ministro da Justiça, "o documento que era realmente um Ato Institucional".

O Sr. Távora falava com a serenidade e segurança habituais e fazia outras revelações interessantes, sob o ponto de vista histórico. Contou, por exemplo, que o jurista Francisco Campos, redator da Constituição Nacional de



## Brasil, 1º de abril

A conspiração começou antes mesmo da posse de João Goulart, a 7 de setembro de 1961, na Presidência da República. Esta afirmação constituía o primeiro parágrafo de uma entrevista que o General Euríale de Jesus Zerbini concedeu a um jornal de São Paulo, em 1977, e que não viu publicada em vida.

Na entrevista, cujo texto foi liberado por sua mulher, Terezinha, Zerbini, destacado combatente da causa da anistia, o General acusava os Estados Unidos de "se imiscuírem nos assuntos internos do País no episódio da deposição de Goulart". Zerbini contou que no dia 26 de março (de 1964) um informante o procurou para dizer que a esquadra americana das Caraíbas levantara ferros, com destino a Recife, de onde se deslocaria para o Espírito Santo. O mesmo informante acrescentava que o General Amauri Kruehl aderira à conspiração. As informações foram levadas ao conhecimento de Goulart, que as repudiou. "Não acredito que Kruehl esteja ao lado dos golpistas. Quanto à esquadra americana, pago para ver".

Juntamente com Cunha Melo, Zerbini foi um dos dois únicos generais que resistiram ao golpe em 1964 — o Exército tinha, na época, 175 generais. "Resisti no Vale do Paraíba porque, como General, havia feito um juramento: defender o governo legitimamente constituído", disse Zerbini, frisando que queria e foi até às últimas consequências, pretendendo, mesmo, tomar a cidade de São Paulo, enquanto Cunha Melo conseguia tirar o seu destacamento da Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Zerbini, na época, era Comandante da Infantaria Divisionária sediada em Caçapava, a 120 quilômetros da capital paulista:

"Eu acabara de assumir meu posto, onde praticamente só tive um dia de comando, quando começaram a circular boatos de que o General Olímpio Mourão Filho se sublevaria em Minas Gerais. A notícia, entretanto, só seria confirmada às 19 horas do dia 31 de março. Desloquei-me, então, para a capital do Estado, onde mantive um contato com o Comandante da 2ª Divisão de Infantaria, General Aluísio de Miranda Mendes. Mais tarde,

## A esquadra americana estava ao largo do Espírito Santo Bloqueio no mar



O General Zerbini condecora, com a Ordem 9 de Julho, seu irmão Euríclides, o eturgião

avistouse com o Comandante do Sexto Regimento, Coronel Sousa Lobo, a quem declarou: "Sou legalista e não defendo pessoas. Defendo o mandato legítimo do Presidente da República e quero evitar um golpe". Sousa Lobo apoiou a sua posição e lhe foi determinado que ocupasse a ponte sobre o Rio Paraíba, próxima à cidade de Jacareí, a 60 km de São Paulo, "para não deixar a tropa de Kruehl passar, caso tentasse fazê-lo".

Pouco depois, Goulart telefonava pessoalmente a Zerbini perguntando como evoluía a situação. Zerbini respondeu: "No meu setor

está bem. Mas há uma coisa: a situação em São Paulo está confusa. Não sei o que o General Amauri Kruehl está fazendo". Goulart não reagiu, informando apenas: acabara de passar o destacamento das unidades-escolas, apoiadas por um batalhão de carros blindados, à disposição de Zerbini. E esclareceu: "O batalhão já está a caminho". Zerbini entusiasmou-se: "Com essa tropa, Presidente, eu ocupo São Paulo".

Daí em diante, contou Zerbini, sua expectativa era a chegada do reforço, baseado no Rio

de Janeiro. Madrugada adentro, ligou insistentemente para o Ministério da Guerra e a Chefia da Casa Militar da Presidência da República, de onde o General Assis Brasil lhe prometeu mais: estaria também à sua disposição um poderoso grupamento, o Regimento Especial de Infantaria (REI) com o qual a capital paulista poderia ser tomada. Paralelamente, Zerbini procurava montar o seu esquema, esbarrando em múltiplas dificuldades. O Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, por exemplo, estava hospitalizado. "Eram dois generais manobrando o Brasil in-

teiro em defesa do Presidente, eu e o Cunha Melo. Era ridículo, se não fosse dramático", observou Zerbini na entrevista que não chegou a ser publicada.

Na tensa madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril, Zerbini, isolado, presenciou que seus planos não se materializariam. O REI estava contido, em Resende, na Via Dutra; os reforços prometidos por Goulart não chegaram a São Paulo. Zerbini escreveu, então, uma carta a Kruehl comunicando-lhe que iria ao Rio de Janeiro para pedir um novo comando "seja onde for". Iniciou-se uma viagem acidentada, interrompida em Resende, onde encontrou os Generais Emílio Garrastazu Médici e Armando de Moraes Âncora. O Comandante do I Exército foi incisivo: "Zerbini, não há mais nada no Rio de Janeiro. O Presidente já voou. Você já fez tudo o que podia fazer. Não tem mais continuação. Em todo caso, se você quiser, espere o Kruehl".

Na Academia Militar das Agulhas Negras, o ambiente era festivo. Os acontecimentos se haviam precipitado e o golpe estava vitorioso. E Zerbini teria que voltar para São Paulo, por ordem de Kruehl. "Chegando em casa, minha mulher me informou que Goulart voara para o Rio Grande do Sul e que lá se organizava a resistência. Tentei voar para aquele Estado, mas não consegui", disse Zerbini, em sua entrevista.

Nada mais havia, realmente, a fazer. No dia 9 de abril de 1964, divulgava-se, com a assinatura dos membros do Comando Revolucionário, a primeira lista de punições — cassação de mandatos parlamentares, suspensão de direitos políticos por 10 anos e afastamento de militares considerados comprometidos com o Governo Goulart. O nome do General Euríale de Jesus Zerbini estava na lista, após 13 anos de serviços ao Exército. Seguiu-se um longo período de silêncio, só quebrado no noite de 18 de abril de 1978, quando Zerbini participou de um ato, na Câmara Municipal de São Paulo, em defesa da anistia — "ampla, geral e irrestrita", como reclamou, sob palmadas de um plenário que, em sua maioria, só o conhecia de nome: Zerbini, "aquele general que tentara resistir no Vale da Paraíba, em 1964".

## Um vôo razante sobre a coluna do General Mourão Filho

# Pânico na tropa

Na sua sala de comando, na Base Aérea de Santa Cruz, o Brigadeiro Rui Moreira Lima tinha, afixada num quadro, na parede, uma carta de seu pai, o Desembargador Bento Moreira Lima, Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde se lia: "O povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas. Estas não devem esquecer que é este povo que deve inspirar-lhes nos momentos graves e decisivos. Nos momentos de loucura coletiva, devem ser prudentes, não atentando contra a vida dos seus concidadãos". Esta carta continua, hoje, 20 anos depois do golpe de 1964, afixada na parede do gabinete do Brigadeiro Moreira Lima — só que agora em seu escritório de trabalho, na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro.

É ali que o Brigadeiro Moreira Lima, antigo campeão carioca e brasileiro de atletismo, um sprinter quase tão veloz quanto o fantástico Bento de Assis, nos fala sobre os momentos decisivos da frustrada resistência ao movimento de 1964.

Quando o repórter lhe pergunta, na abertura da entrevista, se ele, efetivamente, localizou as tropas do General Olímpio Mourão Filho, a caminho do Rio de Janeiro, no interior fluminense, e porque não as enfrentou com os seus caças, Moreira Lima esclarece:

— Realmente fui ao encontro das tropas do General Mourão Filho e as encontrei nas proximidades do município de Areal, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Mas não houve confronto, por várias razões. Em primeiro lugar, porque existia uma cadeia de comando e eu obedecia ordens superiores. Sendo mais preciso: eu obedecia diretamente às ordens do Brigadeiro Francisco Teixeira, Comandante da 3ª Zona Aérea. E ele não me deu ordem para atacar as tropas sublevadas. A fora isso, tecnicamente, não havia possibilidade de ataque. Naquele dia, de 1º para 2 de abril de 1964, as condições meteorológicas impediam qualquer ataque. Entretanto, decolei de Santa Cruz, e auxiliado pelo radar do Aeroporto Internacional do Galeão, localizei a coluna, em Areal. No momento da minha passagem, em vôo rasante, sobre a tropa, gerou-se dentro da coluna uma confusão tremenda. Se as condições meteorológicas fossem outras e se tivesse chegado a ordem para se cumprir a missão, a coluna seria contida e, a seguir, destruída em sua capacidade de

— Com perda de vidas?

— Absolutamente. Com a experiência que eu tinha da campanha da Itália, no quadro da II Guerra Mundial, não haveria perda de vidas. Isso, porque, quando um avião de caça chega em cima de uma coluna motorizada, imediatamente há ordem de abandono de viaturas e de autoproteção. Geralmente, o próprio ronco dos motores do avião já é um aviso para que os soldados abandonem a coluna. Como não havia interesse de brasileiros em matar brasileiros, só se destruiriam os veículos. Naquela manhã de abril, insisto, o simples ato de sobrevoar as tropas de Mourão já levou o pânico ao seio da coluna rebelada.

— O senhor estava só no vôo exploratório?

— Não. Levei comigo o Comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça, Tenente-Coronel Berthier de Figueiredo Prates, até porque eu lhe tinha dado ordens para comandar a esquadria, caso viesse determinação superior para o ataque.

Moreira Lima, à época Coronel da Força Aérea Brasileira, diz que a simples operação de reconhecimento foi arriscada. A visibilidade era praticamente zero — "eram as nuvens barba-de-velho, que colam no chão, e tornam qualquer tipo de operação aérea difícil".

Rui Moreira Lima assumiu a Base Aérea de Santa Cruz em julho de 1962, no gabinete parlamentarista de Brochado da Rocha. Ele tirava um curso na República Federal alemã, quando recebeu o convite de Brasília. Alguns amigos tentaram dissuadi-lo da intenção de aceitar a missão, mas ele voltou ao País. "Lembro-me bem que, ao chegar ao Rio de Janeiro, havia um quebra-quebra em Duque de Caxias, com saques aos supermercados. A situação não era muito tranquila, portanto, Mas não recuei, mesmo porque, naqueles

dias, constituía um problema nomear-se um oficial da FAB para o comando de unidades operacionais. Era a tese do "não me comprometer" — muitos (talvez a esmagadora maioria) não queriam comprometer-se com o Governo Federal e, particularmente, com Goulart".

No dia seguinte ao vôo de reconhecimento, o tempo — ao menos o da meteorologia — já havia melhorado, mas as condições político-militares se haviam deteriorado a um nível insuperável. A Vila Militar aderira ao golpe e desintegrou-se, na prática, o dispositivo de sustentação da legalidade. Além disso, as tropas de Mourão e Guedes já estavam virtualmente dentro dos limites da cidade do Rio de Janeiro. Não havia mais o que fazer.

Os oficiais legalistas da Aeronáutica foram ouvir, então, na Base Aérea do Galeão, a palavra do Ministro Antônio Botelho. Este considerou a situação "perda" e aconselhou que seus subordinados, em postos de comando, aguardassem a designação de seus substitutos.

— Após a entrevista com o Ministro — reconstitui Moreira Lima —, eu me encontrava no restaurante da Base, em companhia do Brigadeiro Francisco Teixeira, do Brigadeiro João Batista Neiva de Figueiredo e do Brigadeiro Ricardo Nicoll, quando o Major Hugo Hartz chegou, em companhia de dois outros oficiais — Matias Baliú e o Nicoll, primo do Brigadeiro. Hartz adiantou-se declarando que tinha preparado um C-45 e estava indo, com alguns sargentos e armamento, para o Sul do País, para resistir. Dirigi-me diretamente a mim, perguntando se eu queria incorporar-me à missão. Respondi, inicialmente, que a pergunta deveria ser feita ao oficial mais antigo, no caso o Brigadeiro Francisco Teixeira, mas que eu responderia. Não iria pelas seguintes razões: 1. quando saí da Base Aérea de Santa Cruz, onde comandava cerca de 3.200 homens, as-

sumira o compromisso de voltar — e estava disposto a honrar minha palavra; 2. não acreditava na resistência do Presidente João Goulart no Rio Grande do Sul, pois ele saíra do Rio de Janeiro para Brasília sem nos avisar e depois voara de Brasília por Porto Alegre também sem nos comunicar nada. Quem me garantiria, agora, que ele ainda se encontrava no Sul e não tinha voado para outro país, em busca de asilo? Por isso, aconselhava Hartz a colocar mais gasolina nos tanques do avião, prevenindo-se para uma possibilidade de ter que tomar outro rumo. Dito isso, retirei-me e fui para a Base Aérea de Santa Cruz, levando, como co-piloto, o Capitão Dallalana, meu ex-comandante no 1º Grupo de Aviação Embarcada.

— O senhor passou o comando da Base de Santa Cruz durante a madrugada de 3 de abril, como fora determinado pelo Comando Revolucionário já auto-empossado no Rio de Janeiro?

— Neguei-me a fazê-lo. Quando, às duas horas da madrugada, chegou o novo comandante da unidade, Coronel Esrom Saldanha Pires, fui ao seu encontro, e lhe declarei que não passaria o cargo no gabinete, em solenidade burocrática, porque o havia recebido em solenidade militar, de acordo com o Regulamento de Continência da Aeronáutica. Disse-lhe mais que estava agindo assim para preservar a sua própria integridade física, porque eu tinha sido 2º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel da Base e aqueles homens que eu comandava, além de comandados, eram meus amigos e, não me vendo transmitir o comando, poderiam pensar que eu tinha sido preso e talvez viessem a reagir. Recordo-me que isso não foi bem assimilado pelo Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, que se empossara no Comando Revolucionário e na direção da Aeronáutica, e tivemos uma alteração violentíssima ao telefone. Mas cumpri o que eu consi-

derava certo: só passei o comando, pela manhã, ao Coronel Pires, diante de toda a tropa formada, com banda de música e tudo. Recusei-me, em síntese, a adexar o cargo na calada da madrugada. No meu discurso, agradei a meus comandados as inúmeras provas de lealdade, disciplina e trabalho e pedi que eles procedessem da mesma maneira em relação ao Coronel Pires.

"O momento que nós estamos vivendo é grave. O Brasil tem dois governos. Um de fato, de força, para o qual estou passando o comando. O outro é o de direito, o governo democrático e constituinte do Presidente João Goulart, eleito pelo voto direto do povo."

Esse discurso de Moreira Lima lhe acarretaria dissabores, mais tarde, no quadro de um dos três IPs a que respondeu e dos seus 153 dias de prisão. Uma dessas prisões violou todas as normas dos regulamentos militares e das leis civis e particularmente ofendeu a hierarquia militar: ele foi preso em seu escritório, no Centro do Rio de Janeiro, por um sargento do Exército, sendo levado, encapuzado, para uma unidade militar, onde o mantiveram detido num cubículo, de chão de terra, e em condições promíscuas de higiene.

"No dia 6 de novembro de 1970, escrevi longa carta ao Coronel Otávio Costa, então membro do Gabinete Militar da Presidência da República, na qual lhe relatei a violência sofrida. Costa começou sua carreira militar junto comigo em Realengo. Disse-lhe, na carta, que estava sendo alvo de perseguições contínuas, pelo que fora obrigado a vender fubá mimoso, milho, pipoca, grão de bico, arroz, alpiste, óleo girassol, cera Tacolac, máquinas usadas, títulos de clubes, lagas presoldadas e vagas no edifício-garagem da Avenida Presidente Vargas. Tinha que sobreviver e me perseguiram onde eu tentava trabalhar."

Moreira Lima, hoje com 65 anos de idade, autor de um livro de grande tiragem — *Senta a Pua*, editado pela Biblioteca do Exército, que narra a campanha da FAB nos céus da Itália —, disse que nunca foi político, restringindo-se sempre aos regulamentos militares. "Se os regulamentos não tivessem validade, tinha outro, na cinta: o meu 45", observa.



## Brasil, 1º de abril

Uma série de dissensões marcou o processo histórico de predomínio dos militares

# Airosa: AI-2 foi primeiro erro

O movimento militar de 1964 tem hoje entre seus críticos vários oficiais que participaram destacadamente na consolidação do golpe contra o regime constitucional. O General-de-Exército Ernani Airosa, Medalha de Sangue do Brasil (por ter sido ferido em combate, na Segunda Guerra Mundial) e Cruz de Combate da 1ª Classe, situa o "desvio dos objetivos da Revolução de 31 de março" na decretação do Ato Institucional número 2, de 1966. A partir daí, "ocorreram problemas que causaram a decretação do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968".

O General Airosa considera que "a Revolução de 1964 foi um dos fatos históricos mais relevantes da República", mas alinha "algumas coisas importantes" que deixaram de ser feitas nos últimos 20 anos. Por exemplo, "não se tratou, com o devido cuidado dos problemas do Judiciário, que está se abertando até hoje uma 'modernização'". E, se a experiência se tivesse iniciado em 1974, "encontraria o País em melhores condições econômico-financeiras".

Mas, diz o general, "a História fará justiça aos presidentes Geisel e Figueiredo, pelas vitórias da abertura, que foram a reintegração normal dos exilados à vida política, depois de anistia numa anistia ampla (mais ampla do que muitos pediam) e da realização das elei-

ções de 15 de novembro de 1982, com a posse natural dos eleitos".

O longo período de responsabilidades políticas causou desgaste às forças armadas, admite o ex-chefe do Estado Maior do Exército, que foi ministro interino no Governo Figueiredo. A compensação, a seu ver, chegou com "a normalização política do País". Até mesmo porque "o objetivo principal da Revolução de 1964 foi a manutenção do regime democrático. Medidas como o AI-2 e o próprio AI-5 só se justificam "pela conjuntura em que a Nação vivia".

Essa postura não é exclusiva do General Airosa, nem é ele o mais extremado. Muitos oficiais-generais têm advertido que a etapa de normalização político-institucional não está ainda completada com êxito: falta vencer os obstáculos da sucessão presidencial e da reconstrução institucional do País. O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Matos, define o Ato Institucional número 5 como "um acidente no transcurso do movimento de 1964".

As críticas tornaram-se mais frequentes no Governo Geisel. Naquele período, o General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, hoje falecido, pregava a volta ao Estado de Direito. O AI-5, em sua opinião, durava muito - iria durar dez anos. Na mesma época, o Brigadeiro Deoclécio Siqueira, Ministro do Supremo Tribunal Federal, pregava o restabelecimento do

habeas corpus, e a redução da incomunicabilidade para os presos políticos. E um terceiro ministro do STM, o Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, defendia a tese de que o sucessor do sucessor de Geisel deveria ser um civil.

Geisel teve que demitir o Comandante do II Exército, General Ednardo de Melo, depois da morte, em dependências militares paulistas, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. No processo da sucessão presidencial, terminou sendo exonerado o Ministro do Exército, General Sílvio Frota, que aspirava o cargo para si mesmo: ao contrário do Presidente Castelo Branco, Geisel preferiu enfrentar o ministro a declinar da escolha de seu sucessor, o General João Batista Figueiredo.

A escolha de Figueiredo custaria ainda outra perda à equipe do General Geisel - em janeiro de 1978, demitia-se o Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência, General Hugo de Andrade Abreu, que se tornara uma pedra no caminho da candidatura Figueiredo, embora sem força para enfrentar o que denominava de "grupo palaciano": Abreu só ocupava a chefia do Gabinete Militar porque o oficial convidado para o cargo, em 1973, General Dilermano Gomes Monteiro, fraturou a perna e não pode assumir.

As dissidências são, assim, em grande nú-

mero: Frota, Hugo Abreu, Rodrigo Otávio, Alfredo Malan (que, já no início da década de 70, defendia o desengajamento dos militares da política), Júlio de Sá Bierrenbach (que não aceitou o relatório do Inquérito Policial Militar que apurou o atentado do Riocentro). Já no Governo Figueiredo, discordaria o ex-todo-poderoso General Golbery do Couto e Silva, um dos principais articuladores da trama de 1964 e o fundador do Serviço Nacional de Informações.

Golbery desgastou-se no confronto com o atual Ministro-chefe do SNI, General Otávio Medeiros. Fora do Governo, passou a apoiar a candidatura do Deputado Paulo Salim Maluf. Dissidentes da era de Figueiredo (em menor número do que no período anterior) foram o General Gustavo de Moraes Rego dos Reis, preso por fazer declarações políticas que atingia o governo, e oficiais de uma família tradicional no Exército, os Etchegoyen.

Os episódios mais recentes de discordância revelaram-se com o pedido de demissão do Ministro Maximiano da Fonseca e com a restituição do Superior Tribunal Militar em acatar sentença do Supremo Tribunal Federal reintegrando o Procurador Geral da Justiça Militar, Célio Lobão Ferreira, cujo cargo fora extinto pelo Presidente Figueiredo, ainda por causa de sua atitude quanto ao inquérito que

deu por encerrado o episódio do Riocentro. O STM cedeu após tensas negociações que envolveram altas personalidades da República: se tivesse mantido sua posição, haveria séria violação da hierarquia no Poder Judiciário.

O caso do Ministro da Marinha, substituído pelo Almirante Alfredo Karam, foi mais rumoroso. Não só o Almirante Maximiano tornou-se muito conhecido por suas posições liberais como a própria Marinha prestou-lhe homenagem significativa. Elogiado por seu sucessor, o Almirante foi levado ao Aeroporto por seu colega da Aeronáutica e por todos os almirantes de esquadra. Ao chegar ao Rio, esperava-o a recepção de 500 oficiais da ativa e muitos da reserva. Maximiano se afastou por declarar-se a favor das eleições diretas para a Presidência, embora não imediatamente, por queixar-se dos reajustes das prestações do BNH e por dizer que os comícios da Oposição não representam problema quando transcorrem em ordem.

Na sucessão, agora, os chefes militares da reserva e reformados (os da ativa, particularmente os ministros, não se manifestam publicamente) estão ainda divididos: Geisel e Airosa apoiam Aureliano Chaves e Golbery articula a candidatura Maluf. Quanto a Andreazza, diz-se que é o preferido do Presidente Figueiredo.

## Líderes da Marcha com Deus, desencantadas, pedem as eleições diretas Pior hoje que com Jango

Os militares nos traíram. Criamos o clima para a derrubada do Governo Goulart, mas estamos decepcionadas. Jamais poderíamos supor que eles montassem uma ditadura de 20 anos sob o pretexto de que esse era o tempo necessário para botar o País em ordem. Como donas de casa, mães de família e educadoras, não podemos aceitar que as crianças, hoje, passem fome, enquanto entregam as nossas riquezas aos estrangeiros. E, agora isso, não aceitamos que o Fundo Monetário Internacional venha a nos tutelar - onde está a nossa soberania? - com suas exigências. Exigimos, como solução contra essas coisas, que se restabeleçam já as eleições diretas".

Este desabafo é de dona Julieta Nunes Pereira, 1ª Secretária do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), que no dia 19 de março de 1964 realizou, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, considerada decisiva para o colapso do Governo Goulart.

"Hoje está muito pior do que naquela época, quando víamos o Jango com a foice e o martelo no palanque dos comícios. Desrespeitam a Constituição Federal. E não agüentamos mais ver estas caras - Shigeaki Ueki, Mário Andreazza e outros do tipo. Não agüentamos mais a corrupção e a incompetência. Imagine que eles planejaram 45 usinas nucleares! Para que? Eles não podem sequer dar pão às crianças! E os livros? Outro dia, dei Cr\$ 2 mil para uma menina que me pediu. Depois ela me telefonou para dizer que os livros custavam Cr\$ 14 mil. É a disparada do custo de vida."

Quem assim se manifesta é dona Alice de Sousa Amaral, 78 anos, presidente do Movimento de Arregimentação Feminina, em sua antiga casa numa pequena rua do bairro do Sumaré, em São Paulo, entre a chegada de um dos seus 13 netos e a de sua filha.

Dona Alice acha que só há uma saída: as eleições diretas, já, pois ninguém "agüenta mais essa política econômica, o arrocho salarial e a fome", que "só com muito cinismo se pode defender".

Dona Julieta Nunes Pereira desmente que o Movimento de Arregimentação Feminina pretenda comemorar os 20 anos da marcha histórica

que atravessou o centro de São Paulo até desembocar na mesma Praça da Sé que hoje é palco das manifestações pelo restabelecimento das eleições diretas: "Comemorar o quê? Nosso movimento foi maravilhoso, não estamos arrependidas, mas não podemos aceitar que um país riquíssimo como o nosso, que poderia ser o celeiro da mundo, tenha ainda a indústria da seca para manter o coronelismo. E os escândalos? Ninguém pune os responsáveis. É um desprate, um acinte à nossa vocação democrática".

Discretamente elegante em seus 80 anos de idade, a secretária do MAF muda a expressão, contrai o rosto e fulmina: "As mulheres têm que tomar conta disso, porque os homens não estão tendo a coragem necessária. É por isso que o Movimento de Arregimentação Feminina continua na trincheira, atuante, fiscalizando os responsáveis pela administração pública. Exigimos que cumpram com a sua parte, pois cumprimos a nossa quando nos prometeram que em 1966 realizariam eleições livres. Foi por isso que marchamos, defendendo a democracia".

Com seu inquebrantável espírito de liderança, dona Julieta diz que há muita coisa para se mudar: "Veja só, coitada da Ester Figueiredo! Só lhe deram uns 4% do Orçamento Federal para gerenciar a Educação. É impossível educar nossos filhos, a futura geração, sem verboss. Sabe de uma coisa? O Presidente João Figueiredo é uma vítima disso tudo. Está cercado de aproveitadores. Ele é um homem de bem, como seu pai, quer as diretas do fundo do seu coração. Chegou aqui, procedente da África, e teve que mudar a conversa. E as diretas são a solução. Não podemos agüentar mais essa tensão social, o povo não agüenta mais essa pobreza. Agora nos acenam com uma reforma constitucional. Isso é conversa. Estão fomentando o comunismo, estão criando o clima para que o povo queira qualquer regime. Vocês não estão vendo os assaltos, as compras de armas? São para a guerrilha. Eles são pequenos, mas persistentes, ainda que não estejam no Governo, no Planalto. Contudo, sempre demos a daremos um crédito de confiança ao Presidente Figueiredo".

Como veterana da Revolução

Constitucionalista de 1932, dona Julieta vai lembrando as campanhas deflagradas pelo MAF. Na década de 50, por exemplo, o MAF se opôs tenazmente à importação de Cadillacs por senadores e deputados federais em circunstâncias de extremo favorecimento. "Publicamos a lista dos parlamentares que apoiavam a medida, mostrando que eles não defendiam o interesse nacional. Depois veio 1964, quando dona Maria Mesquita Motta e Silva, então presidente da entidade, abrigava em sua casa as mulheres abnegadas que queriam evitar que o Brasil caísse nas unhas da Rússia. A nossa marcha foi organizada rapidamente, mas deu trabalho para a conscientização de cada uma das pessoas".

Dona Alice e dona Julieta lembram ainda a recente pregação ecológica contra a instalação do novo Aeroporto de São Paulo na área do município de Caucais, da qual saíram vitoriosas. Elas advertem para a sua capacidade de luta, que é inexaurível: "Agora, por exemplo, acabamos de enviar um ofício ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacir Dalla, pedindo-lhe que alerte os seus colegas para a sua responsabilidade perante a História, neste momento. Toda a opinião pública estará acompanhando atentamente a sua atuação. Cabe ao Poder Legislativo Federal promover a reconciliação nacional, restabelecendo para já as eleições diretas. É o que diz o nosso documento, assinado por quase cinco mil mulheres que integraram o MAF, além de centenas de outras de cidades do interior e da capital paulista".

Dona Julieta dá o que chama de "um aviso aos navegantes":

- Continuaremos. Não nos daremos por vencidas. A rejeição da emenda das diretas-já seria a pé-de-cal no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Vamos fazer campanha contra todos os que tiverem comportamento covarde.

Sobre os candidatos às eleições indiretas, elas não querem e não podem "sequer ouvir" o nome de um Paulo Salim Maluf ou Mário Andreazza. Consideram o ex-Prefeito Olavo Setúbal "um excelente político" e Aureliano Chaves "um homem de confiança". Sua opinião sobre Brizola é clara:

- Preferimos o risco de ter um Brizola pelas diretas do que, por isso, ficar sem elas. Hoje ele não representa um perigo, está muito desgastado. E, se ganhar, mais uma vez se confirma que cada povo tem o governo que merece".

Ao traçar um programa mínimo de prioridades para o próximo Presidente da República, Dona Julieta estabelece: "Remodelação completa desse sistema que aí está; um programa de casa própria compatível com um salário mínimo que seja real; uma lei de controle de remessa de lucros das multinacionais, pois estamos entregues a elas no setor de remédios".

Para Dona Julieta, deve ser dada uma ênfase especial à agricultura, saúde e educação, "porque os recursos do povo são irrisórios". E mais: "Nós, como mulheres, como ministras das finanças do lar, sabemos que um Delfim Netto não pode continuar, é impossível, pois ele e sua política econômica são coisas ultrapassadas e danosas às necessidades do País. O dinheiro está caríssimo e cada vez mais nos endividamos. Temos que preservar nossa soberania e não podemos aceitar a tutela do FMI".

Adeptas do controle da natalidade "por meios sadios", inclusive o DIU, Dona Julieta e dona Alice são contrárias ao aborto, "porque isso vai contra a lei dos homens e a lei de Deus".

Apesar de considerar que as mulheres poderiam governar melhor o País, elas não se consideram feministas: "Somos a favor da colaboração da mulher com o homem e contra aquelas que querem fazer tudo sozinhas".

As coordenadoras da Marcha de 1964 desenvolvem ainda outros pontos de vista: 1. o Brasil tem tudo para sair do Terceiro Mundo e entrar no Primeiro; 2. não podemos continuar pagando juros altíssimos aos banqueiros internacionais; 3. não precisamos imitar modelos estrangeiros, "como aquele do Muro de Berlim"; 4. falta civismo; 5. o povo brasileiro é hoje um sofrido, de Norte a Sul; 6. a vaidade dos homens "é uma praga".

"Às vezes chego a desanimar", diz dona Alice.

"Eu não desanimo, não temo ninguém, não temo nada", contesta dona Julieta.



D. Alice de Sousa Amaral vê na situação de hoje "muita corrupção e incompetência"



D. Julieta Nunes Pereira denuncia: "O Brasil está entregue a grupos estrangeiros"



# Brasil, 1º de abril

O General Andrada Serpa, candidato à presidência do Clube Militar, dedica-se, há anos, a uma pregação constante contra o modelo econômico imposto ao País. Esse debate levou-o a dezenas de cidades e aos mais diferentes auditórios. Em sua opinião, o movimento de 1964 foi um passo histórico dentre os muitos de uma geração sofrida, que começou sua caminhada em 1922, com o tenentismo. Atualmente, Serpa defende as eleições diretas como saída para a crise institucional brasileira e acha que só a mobilização do Poder Nacional poderá livrar o País da humilhação da crescente dívida externa.



O Gen. Serpa acredita que em 1964 os militares agiram com o mesmo idealismo de 22.

“64 foi um passo na jornada de nossa geração sofrida e democrática”

# Serpa: A Revolução já acabou

“A Revolução exauriu-se em seus propósitos”, assegura o General do Exército Antônio Carlos de Andrada Serpa, que combateu os comunistas em 1935, os integralistas em 1938, participou da Força Expedicionária Brasileira e do movimento militar de 1964. Hoje candidato à Presidência do Clube Militar nas eleições de maio, ele prega a eleição direta e a moratória da dívida externa.

os 20 anos, a Revolução de 1964 pertence hoje à História, e só pode ser julgada pela História. Constituiu grave injustiça aos idealistas que a fizeram, a maior parte deles mortos, dizer que isso que aí está, este status quo de incompetência e corrupção, representa os ideais daqueles que se bateram pela Revolução de 64.

— Quais teriam sido os outros? — O segundo: a partir do início da década de 70, as nações ricas tornaram-se protecionistas, porque passaram a enfrentar a primeira grave crise do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, todas elas tinham recessão, desemprego e inflação. Esses problemas, por natural defesa das nações ricas — o que eu chamo de “exercício de poder nacional” — teriam de ser pagos pelas nações em desenvolvimento, sobretudo aquelas que lidaram o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo: Brasil, México, Venezuela, Argentina, Nigéria. Isto fica bem caracterizado nas duas crises do petróleo, quando as nações ricas passaram a emitir dinheiro sem lastro, esse dinheiro, os chamados petrodólares, inundou o mundo. Os petrodólares não podiam ser aplicados na economia dos países ricos, já em recessão. Então, por força de acordo, entre os países árabes e os bancos do Ocidente, houve a reciclagem dos petrodólares e eles passaram a ser emprestados com toda facilidade. Paralelamente, aumentaram as taxas de risco dos países em desenvolvimento que necessitavam os empréstimos.

— Nessa conjuntura, qual o problema maior entre as nações ricas e as pobres? — As nações ricas querem apenas que as nações pobres concordem em pagar os juros do capital emprestado. Juros flutuantes, quando sabemos que qualquer taxa de juro real acima dos quatro por cento inviabiliza o capitalismo no mundo. Estamos pagando, durante todos estes anos, juros que chegaram a 24 por cento há dois anos. A taxa do ano passado foi superior a 15 por cento no momento estamos com taxas básicas a 11 e 11,5 por cento, o que corresponde a um acréscimo de meio bilhão de dólares na dívida.

— Como o senhor situaria historicamente o movimento de 64? — Os idealistas que fizeram a Revolução de 31 de março de 1964 agiram convencidos de estarem continuando uma jornada. A jornada dos 18 do Forte de Copacabana; do Movimento de 1922; da Grande Revolução Liberal de 1930; da luta pela constitucionalização, em 1932; do envolvimento na tentativa de 27 de novembro de 1935 e no golpe integralista de maio de 1938. Da ditadura estado-novista à participação na Segunda Guerra Mundial, esses idealistas lutaram pela independência e soberania do Brasil e pela liberdade e democracia no mundo. Impuseram, assim, a redemocratização do País no regresso dos pracinhas.

— O que faltou fazer para evitar o aprofundamento da crise? — Julgo que, a partir de 1973, quando houve a primeira crise do petróleo, mudaram as condições do mundo. Faltaram, então, estadistas que permitissem a modificação do modelo econômico. Em verdade, esse modelo não foi criado pela Revolução. Foi instalado no Brasil a partir de 1956, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, aprovado e adotado em 1964.

— Mas não foi esse modelo que permitiu o chamado “milagre econômico”, no início da década de 70? — Esse modelo, nos primeiros anos, permitiu a ampliação do mercado interno e a própria multiplicação da classe média, que atingiu os 25 milhões de brasileiros. Mas, quando as condições do mundo se transformaram em 1973 — o barril de petróleo, por imposição dos árabes (a primeira imposição dos subdesenvolvidos à qual as nações ricas tiveram de se curvar), passou de dois para 14 dólares — era evidente que havia um novo mundo a ser enfrentado pelas nações pobres. Foi isso que não compreendemos, por falta de estadistas. E pela constante omissão que caracteriza a classe dirigente brasileira, essa omissão no tempo, omissão e, sobretudo, colonização, achando que tudo que vem do estrangeiro é bom e útil.

— E qual a saída? — A única saída, no exercício do Poder Nacional do Brasil, é decretar a moratória como ato de soberania. Com isso, estaremos à frente de todo o Terceiro Mundo, dizendo às nações ricas que o sistema capitalista internacional está falido. Cumpre que todos, em pé de igualdade, sentemos diante da mesma mesa para discutir novo sistema financeiro que seja menos espoliador das 133 nações do Terceiro Mundo. Só o Brasil pode fazer isso. Nenhum outro país tem poder nacional para tanto.



Os soldados mineiros de Mourão Filho acantonaram, em 1964, no Maracanã.

— Como o senhor analisaria a sua geração, a que fez 1964? — É uma geração sofrida. O ideal de serviço constante na nossa vida militar, acompanhou-nos em toda essa jornada, de modo que, em qualquer circunstância, combatendo ou defendendo as vitórias conseguidas, por todo esse tempo.

— Mas não foi esse modelo que permitiu o chamado “milagre econômico”, no início da década de 70? — Esse modelo, nos primeiros anos, permitiu a ampliação do mercado interno e a própria multiplicação da classe média, que atingiu os 25 milhões de brasileiros. Mas, quando as condições do mundo se transformaram em 1973 — o barril de petróleo, por imposição dos árabes (a primeira imposição dos subdesenvolvidos à qual as nações ricas tiveram de se curvar), passou de dois para 14 dólares — era evidente que havia um novo mundo a ser enfrentado pelas nações pobres. Foi isso que não compreendemos, por falta de estadistas. E pela constante omissão que caracteriza a classe dirigente brasileira, essa omissão no tempo, omissão e, sobretudo, colonização, achando que tudo que vem do estrangeiro é bom e útil.

— Há, então, distorção no comércio internacional? — Quais os processos pelos quais as nações ricas pretendem manter escravizadas as nações pobres? A deterioração das relações de troca é um deles. O que as nações pobres produzem nada vale. Depois, o pagamento de juros de uma dívida que, as nações ricas sabem perfeitamente, jamais será paga. Basta ler qualquer revista econômica — americana, japonesa, alemã, inglesa, francesa, para saber que a dívida do Terceiro Mundo, mais de 400 bilhões de dólares, jamais será paga.

— Não vai haver nada disso. Donde de que poder nacional muito menor do que o dos argentinos, capitalistas por um lado, da maior subdesenvolvida — não uma figura carismática —, decaíram que suspendiam todos os pagamentos de juros e amortizações por seis meses e ninguém reclamou. Quer dizer: a posição humilhante em que está o Brasil, aceitando todas as imposições das nações ricas, é tão lamentável quanto inútil. O Acordo de Brton-Woods, que instituiu o Fundo Monetário Internacional, já foi casado pelo Presidente Richard Nixon em 1971. Assistimos ao espetáculo deplorável de ter nossas contas vigadas por uma senhora (D. Ana Maria Juhl), funcionária do terceiro escalão do FMI. D. Juhl chega a ponto de conferir os resultados da Fundação Getúlio Vargas e dizer que os dados que lhe forneceram estavam errados. Em toda nossa História, desde a independência, jamais vivemos situação tão aviltante para nossa soberania.

— Evidentemente, não há nenhuma revolução permanente. A única tentativa que conhecemos é da revolução russa. Ora, decorridos

— O modelo econômico é, então, a seu ver, um fator complicador da crise brasileira? — O modelo concentra todo o desenvolvimento fundamentando no petróleo, cada vez mais raro e mais caro, e nós persistimos nele. Persistimos em um modelo urbano-industrial que, para fazer funcionar a área do coração do Brasil — ou seja, Rio, São Paulo e Belo Horizonte — paralisa todo o interior desse país-continente. O primeiro grave erro foi a permanência de um modelo concentrador, baseado no petróleo.

— Há, então, distorção no comércio internacional? — Quais os processos pelos quais as nações ricas pretendem manter escravizadas as nações pobres? A deterioração das relações de troca é um deles. O que as nações pobres produzem nada vale. Depois, o pagamento de juros de uma dívida que, as nações ricas sabem perfeitamente, jamais será paga. Basta ler qualquer revista econômica — americana, japonesa, alemã, inglesa, francesa, para saber que a dívida do Terceiro Mundo, mais de 400 bilhões de dólares, jamais será paga.

— Não vai haver nada disso. Donde de que poder nacional muito menor do que o dos argentinos, capitalistas por um lado, da maior subdesenvolvida — não uma figura carismática —, decaíram que suspendiam todos os pagamentos de juros e amortizações por seis meses e ninguém reclamou. Quer dizer: a posição humilhante em que está o Brasil, aceitando todas as imposições das nações ricas, é tão lamentável quanto inútil. O Acordo de Brton-Woods, que instituiu o Fundo Monetário Internacional, já foi casado pelo Presidente Richard Nixon em 1971. Assistimos ao espetáculo deplorável de ter nossas contas vigadas por uma senhora (D. Ana Maria Juhl), funcionária do terceiro escalão do FMI. D. Juhl chega a ponto de conferir os resultados da Fundação Getúlio Vargas e dizer que os dados que lhe forneceram estavam errados. Em toda nossa História, desde a independência, jamais vivemos situação tão aviltante para nossa soberania.

General que tomou o Forte exalta “o equilíbrio e tranquilidade de Médici”

# Foram 20 anos de acertos



Para tomar o Forte de Copacabana, o General Montagna contou com o apoio de Figueiredo

Ao contrário de vários dos seus colegas, que conspiraram, como ele, em 1964, contra o Governo Goulart, o General César Montagna de Sousa considera que o movimento de 31 de março cumpriu plenamente seus objetivos e não se desgastou ao longo dos seus 20 anos de existência.

Montagna diz que o Presidente Garrastazu Médici, recebendo o País em excelente situação econômica-financeira, deu velocidade ao processo desenvolvimentista e “governou com equilíbrio e tranquilidade enfrentou com firmeza os surtos de terrorismo urbano e de guerrilha rural que tentaram desestabilizar o regime”. No entender de Montagna, “o Presidente Geisel, com seu estilo peculiar e sua grande capacidade de trabalho, enfrentou a grave crise do petróleo, que, associada à crise monetária, teve profundas repercussões na economia mundial e no Brasil”.

Montagna admite, entretanto, que “no campo psico-social se registram sinais de inquietação, em face da elevação da taxa de desemprego”, o que gera “reivindicações em desacordo com a realidade nacional e até mesmo movimentos que se aproveitam de dificuldades momentâneas”, mas adverte que “o momento atual não admite vacilações ou tergiversações e muito menos atenuações parciais, que tantos atrasos e prejuízos causaram ao povo”. Após reclamar o efetivo apoio popular “à ação governamental, no trabalho, no lar e nas urnas”, Montagna afirma que “a Revolução Democrática de 31 de março continuava atuante, firme e decidida no caminho da nor-

malidade constitucional e com a missão inarredável de transformar o Brasil numa grande Nação, de acordo com a sua destinação histórica”.

Quando recorda a tomada do Forte de Copacabana, Montagna, que à época era Coronel, revela que, na ocasião, desrespeitou um ordem dada por um General, que depois se tornou Ministro do Exército do Governo Médici, o General Orlando Geisel. Com o apoio, entretanto, do então Coronel João Batista de Oliveira Figueiredo, chefão da operação militar. Montagna esclarece que a tomada do Forte não se consumou com a participação de 40 homens, como se divulgou, “mas com 21 militares, sem mortes, marcando, assim, a primeira vitória do movimento no Rio de Janeiro”.

César Montagna de Sousa foi para a reserva em 1977, depois de ser preterido duas vezes nas promoções a General do Exército pelo então Presidente Ernesto Geisel. No Governo Figueiredo, assumiu as suas atuais funções de presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Apesar de ter, no momento, as coisas do esporte, Montagna não se afasta de suas posições revolucionárias, dizendo que o movimento de 31 de março “é um processo histórico irreversível”.

Segundo Montagna, “o sentimento geral era que se impunha dar um parapeito àquela trágica situação, e que nos devíamos empenhar, todos, pela integridade da Pátria e a preservação da Democracia”. E acrescenta: “As Forças Armadas, ao liderarem o movimento, apenas assumiram as aspirações gerais do povo brasileiro, e ao Presidente Castelo Branco coube a ingente e grandiosa tarefa de iniciar a reconstrução, alçando o País da catastrófica situação em que se encontrava. O Presidente Costa e Silva, outro grande líder, inteligente, capaz e profundamente humano, deu início ao chamado milagre brasileiro, que no período de 1968-1973 se caracterizou pela obtenção de elevadas ta-

Após destacar que Geisel promoveu a abertura política, Montagna se detém em Figueiredo, que decidiu “sacrificar temporariamente a possibilidade de obtenção de altas taxas de crescimento, visando ao controle da inflação, mas sem sacrificar a abertura política”. Inventariando o “magnífico acervo de realizações nos cinco governos revolucionários”, Montagna dá ênfase ao alargamento da fronteira agrícola, o desenvolvimento industrial, o reaparelhamento dos portos e da frota mercante, em Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro, a implantação de complexos petroquímicos, a

construção de “densa rede rodoviária, possibilitando a integração do Centro-Oeste e da Amazônia”, a implantação da indústria bélica e aeronáutica, a presença nacional na área de energia nuclear e da informática, a construção das usinas hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí “e muitas outras”, a implementação de um eficiente sistema de telecomunicações, o desenvolvimento da tecnologia do álcool, o combate ao analfabetismo, a criação do Sistema Financeiro de Habitação, o aperfeiçoamento da legislação trabalhista, a criação de vários serviços sociais (PIS, PASEP e FURRURAL) e a dinamização dos serviços assistenciais.



# Brasil, 1º de abril

## Os opositores Darci faz o balanço

A soma de tudo que os ladrões profissionais do mundo moderno já roubaram será apenas uma parcela do total roubado através da corrupção que existiu no Brasil nesses últimos 20 anos. Nós nunca tivemos, em nossa história, governos tão corruptos, com escândalos tão numerosos, com tamanha impunidade. Este é o quadro que o Vice-Governador e Secretário de Cultura, Darci Ribeiro, traça do período que resultou do golpe de 1964.

O Professor Darci Ribeiro era ministro-chefe da Casa Civil do Governo Goulart e teve papel destacado no enfrentamento do golpe. Relatou muito em acreditar que havia uma conspiração em que se envolviam militares que o Presidente considerava intimamente ligados a seu Governo, mas, tão logo evidenciou-se a rebelião, cuidou de estimular e coordenar a resistência. Vitorioso o movimento militar, exilou-se no Uruguai e em outros países, exercendo ampla atividade intelectual: escreveu dez livros, que alcançaram 150 edições.

São esses os pontos principais do depoimento que Darci Ribeiro deu à Revista Isto É sobre o 20º aniversário do golpe militar:

"Se formos fazer um balanço dessas duas décadas, veremos que 1% da população que já era rico em 1964 ficou muito mais rico. E os 50% que já eram pobres tornaram-se miseráveis. Ainda penso do mesmo jeito que pensava na Casa Civil de Jango: o Brasil precisa ser passado a limpo. Precisa enfrentar o capital estrangeiro, as multinacionais e fazer uma ampla reforma agrária para salvar seus pobres. E o que aconteceu de 1964 para cá foi justamente o contrário: tivemos um retrocesso absurdo na nacionalização do País, vendemos imensos latifúndios para estrangeiros e ainda acabamos com a estabilidade no emprego, que era uma maneira de fazer o empregado participar um pouco dos lucros do patrão".

"Os governos desastrosos da Revolução conduziram a sociedade brasileira para um estado de grave enfermidade. E o pior é que tudo isso foi tramado pelos Estados Unidos, pela CIA. O ruim de conspirar com os Estados Unidos é que, quinze anos depois, descontam tudo. E hoje, estão aí os documentos provando a participação dos norte-americanos no 31 de março. Eles queriam fazer aqui um novo Vietnã. O Golbery participou dessa conspiração toda. Do jeito que a coisa foi colocada, o Jango, que não queria ver sangue, não teve outra saída senão recuar. E acabou recuando diante de tropas comandadas por uma "vaca fardada", um palhaço autêntico, que era o General Olímpio Mourão Filho".

D. ANGÉLICO

"Tenho sido testemunha de coisas horríveis que vão desde o cerceamento à liberdade de imprensa até torturas, perseguições, assassinatos a sangue frio feitos em nome da salvação da democracia", disse D. Angélico Sândalo, vice-presidente da CNBB em São Paulo, a respeito dos 20 anos do movimento de 64, em depoimento à Folha de S. Paulo.

BOCAYUVA

O Deputado Federal pelo PDT Bocayuva Cunha traça para o *Jornal do Brasil* um quadro do que seria o País se o golpe não tivesse impedido as reformas de base: "Com uma reforma agrária, não teríamos hoje o êxodo rural e nem seríamos mera reserva agrícola dos países industrializados. As reformas fiscais que descentralizariam os tributos da União estimulariam o desenvolvimento harmônico dos municípios".

JOSÉ DIRCEU

José Dirceu, ex-líder estudantil e atual secretário-geral da executiva regional do PT paulista, prefere lembrar os que tombaram na luta contra o movimento militar:

"Foram anos de exílio, mortes e desaparecimentos. Entre 68 e 73, fortes e desarmados, uma geração empunhou armas. Participei desta luta e tive dezenas de companheiros torturados e assassinados. Hoje, é preciso resgatar a memória dos que deram a única coisa que tinham em defesa dos direitos políticos do povo brasileiro: a própria vida. E que foram tachados, pela mentira oficial, de bandidos e terroristas."

GIOCONDO

"O golpe de abril não foi uma quartelada tradicional, mas um intento calculado das elites brasileiras para excluir as massas do processo político". Esta é a opinião do Giocondo Dias, da Comissão Nacional pela Legalização do Partido Comunista Brasileiro.

ALMINO

Almino Afonso, Deputado Federal pelo PTB em '64 e atual Secretário da Região Metropolitana do Governo paulista, deu este depoimento ao *Jornal do Brasil*: "O golpe foi dado em nome de preservar a democracia, restaurar a moralidade e reativar a economia. Acabou matando a democracia, instituindo um sistema repressivo. Quem fizer um levantamento dos escândalos administrativos neste período vai torcer-se de náuseas. São bilhões farrados numa impunidade triunfante. Em 64, com as reivindicações sociais respeitadas, a inflação chegara a 82%, hoje ultrapassa 240%. Devíamos 3 bilhões e meio de dólares na época, hoje são mais de 100 bilhões e o nível de emprego em 83 era equivalente a 73. Vinte anos de prepotência acaso resolveram os problemas do País?"



O Deputado José Gregori presidiu a Comissão Justiça e Paz em anos de intensa luta contra as arbitrariedades políticas no Brasil.

José Gregori, da Comissão Justiça e Paz, relembra

## Os dias tensos

O período compreendido entre a renúncia de Jânio Quadros e o golpe de abril de 1964, de intensa agitação política e social, não era revolucionário. Mas a emergência de novas forças — sindicais, camponesas e estudantis — exigia reformas pela via da conciliação, que a classe política não pôde ou não quis fazer. É esta a opinião do deputado estadual José Gregori (PMDB-SP), membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, que foi o chefe de gabinete do Ministro San Thiago Dantas durante o Governo João Goulart. "A voltagem foi ao máximo e a bateria pifou", analisa.

— Surgiam novos elementos, como as Ligas Camponesas de Francisco Julião e de Miguel Sapateiro. O sindicalismo tornava-se cada vez mais político, os estudantes partiam das lutas específicas para as mais gerais e os setores subalternos das Forças Armadas se organizavam. Mas foi uma emergência não sistematizada dentro de um regime institucionalmente fraco, planejado para um tipo de participação convencional, de elites liberais udenistas: uma bateria com um mínimo de resistência — diz o deputado.

Gregori participou em 1968 da criação da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, coordenada por D. Paulo Evaristo Arns, e a presidiu até o ano passado, quando foi substituído por Margarida Genevois. Ele acha que a única forma de evitar a sobrecarga política, em 1964, teria sido a criação de uma frente comprometida com um programa básico de reformas. As forças emergentes, assim, encontrariam expressão dentro do cenário político. Esta era a idéia de San Thiago Dantas.

— O momento era de reformas. O último trabalho de San Thiago, antes da queda do regime, foi uma tentativa de negociação para formar uma grande frente política, incorporando entidades sindicais urbanas e rurais, entidades estudantis, setores progressistas do empresariado e até alas do PSD. A intenção era dar consistência ao vendaval de movimentos que surgiu depois de Jânio.

Em março de 64, doente e afastado oficialmente do Governo Federal, San Thiago ainda tentava articular sua sonhada Frente Única. Até que o fracasso definitivo da tentativa foi decretado pelo movimento militar de 1º de abril. Apesar disto, José Gregori considera a luta pela composição de forças a mais "realista" no cenário de alta tensão em que se vivia:

— San Thiago sabia que o Brasil estava passando por um período de transição — argumenta — e via a possibilidade de se construir um novo País. Ele empenhou todos os seus es-

forços no sentido de canalizar as forças populares de modo realista. A frente fracassou porque, então, já era radical a polarização direita-esquerda.

Segundo Gregori, o erro dos políticos, que não souberam responder ao momento de efervescência popular, foi seguido do erro "ainda maior" em que se baseou o regime instalado em 64: "Usar pura e simplesmente a repressão contra as forças políticas que surgiam".

— Estávamos em pleno regime de reformas e a revolução de 64 significou uma contra-reforma, com o apoio do poder econômico e mesmo da classe média — analisa o deputado.

Foi este regime repressivo que terminou atingindo seu momento de maior radicalização a partir de 68, com o AI-5. "Estávamos na época da chamada guerrilha urbana, e as forças de segurança não prendiam as pessoas: sequestravam-nas", diz Gregori. Foi então que ajudou a criar a Comissão Justiça e Paz, que terminou, segundo ele, por "preencher as lacunas" deixadas pela Justiça e pelo Congresso Nacional.

— Se o crime fosse capitulado na Lei de Segurança Nacional, não havia a quem recorrer. O Congresso, após ficar cerca de um ano fechado, foi reaberto com uma atuação meramente simbólica. Restava às famílias desesperadas recorrer à Igreja, que pelo menos podia procurar uma autoridade de algum modo responsável para fazer chegar a notícia de um sequestro — lembra ele.

Conjugada à repressão, outra característica do regime instalado em 64, na visão do deputado, foi o exagero do modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. O modelo começou com Juscelino Kubitschek, mas o que houve depois do golpe militar foi "a entrega total" de nossa economia, num crescendo que vem desde o Ministro das Relações Exteriores de Castello Branco, Juracy Magalhães, até a economista Ana Maria Juhl. Diz Gregori:

— Não havia nenhum exagero na afirmação de Juracy Magalhães de que "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Não era apenas uma questão filosófica, mas um regime que se praticou. O resultado é que o parceiro mais fraco materialmente foi também mais fraco psicologicamente, a ponto de uma moçoila com uma mala preta vir tomar a lição de casa em nome do FMI e usar a palmatória quando não decoramos a lição.

Todo este quadro poderia ser evitado, na opinião de José Gregori, "se tivesse vingado a linha San Thiago Dantas, de tendência moderada, mas profundamente transformadora e inconformada com o status quo".

São várias as interpretações e análises do golpe de 1964, vinte anos depois. Para o Deputado José Gregori, do PMDB paulista, a agitação do Governo Goulart não representava uma ameaça às instituições. O Deputado Gregori, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, lembra a luta pela independência econômica do País em que se engajou, na época, no gabinete do Ministro San Thiago Dantas. Outras opiniões estão nesta página, desde a de Magalhães Pinto, Governador de Minas em 64, à do vice-governador Darci Ribeiro, então Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Foto Banco de Dados — Folha

## Os que apoiaram Magalhães pede pacto

Vinte anos após ter comandado, no plano civil, o movimento contra o Governo Goulart, o ex-Governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, não está tranqüilo com a situação do País: a seu ver, só um pacto de transição poderá garantir uma saída para a crise brasileira.

Um tom de indistigável pessimismo perpassou toda a entrevista que Magalhães Pinto concedeu no domingo 25 de março ao repórter Villas-Boas Correia, do *Jornal do Brasil*, a quem fez uma confidência: ele pensa muito, atualmente, "na pobreza de nossas populações, esmagadas pelos sacrifícios que lhes estão sendo impostas pela recessão".

O banqueiro mineiro e deputado federal pelo PDS pensa também "neste momento no sofrimento de nossos irmãos do Nordeste, submetidos há seis anos a um processo de genocídio", para propor, a seguir: "Cabe aos líderes, com a sensibilidade com que se formaram ao longo da convivência com as multidões e com os fatos, abrirem caminhos que façam a transição do regime autoritário para o regime democrático, sem vencidos humilhados nem vencedores revanchistas, mas com brasileiros de emoções voltadas para as dificuldades que o País atravessa e com disposição de ajudar, por todas as formas, a superação da mais grave crise de nossa história. Nesta hora, espero que os líderes 'não faltem'".

Após dizer que não basta o General João Figueiredo estender "as mãos da paz", Magalhães Pinto se torna mais explícito nas suas propostas de pacificação política: "É indispensável (Figueiredo) dar consequências objetivas a esse ato de grandeza. Convoque o Senhor Presidente da República os líderes nacionais". Para o ex-Governador de Minas Gerais, há "grandes verdades" em torno das quais Governo e Oposição poderão entender-se, destacando-se, em primeiro lugar, o restabelecimento da eleição direta, que "devolverá ao povo a gestão do seu próprio destino".

Magalhães Pinto, que considera que o Governo Figueiredo herdou e manteve "uma política econômica baseada em insaciável endividamento externo para financiar obras de prioridade discutível", voltaria a falar dias depois em Recife, onde fez declarações inquietantes: "Se houver a derrota da emenda Dante de Oliveira é o governo não tomar a iniciativa de restabelecer as eleições diretas para o futuro, a frustração será muito grande. E aí será imprevisível a reação da opinião pública".

Para Magalhães, o povo brasileiro atingiu "as últimas resistências de sua paciência e de sua angústia, no cotidiano da fome, do desemprego, da insegurança, do desencanto" e "em horas assim só há um dever: o de restaurar a esperança de que a nação dispõe de líderes capazes de guiá-la para vencer seus mais graves impasses, colocando acima de ambições, de sectarismos e de egoísmos os sonhos até agora malogrados do povo".

SANDRA CAVALCANTI

Segundo Sandra Cavalcanti, em entrevista à *Tribuna da Imprensa*, os 20 anos do movimento de 1964 deveriam ser comemorados apenas em 1986, "porque a revolução não ocorreu em 64, e sim dois anos depois, quando foi instituído o AI-2, que revogou os dispositivos fundamentais da Carta de 1948, fechou partidos políticos, impediu que candidatos populares disputassem livremente a Presidência da República e instituiu as eleições diretas". Sandra afirma que o movimento de 1964 tinha como principal objetivo "impedir que o país fosse submetido a um golpe, a uma mudança de Constituição e passasse a ser uma ditadura sul-americana, governada por um caudilho".

MIGUEL REALE

Eis alguns pontos importantes do artigo que Miguel Reale escreveu para o *Jornal do Brasil*: "Parece-me difícil reduzir o dia 31 de março de 1964 a um simples golpe de Estado. A partir de 64, a sociedade brasileira passou por uma alteração significativa, com o ingresso da nação no processo de industrialização capitalista, no que se refere à modernização das estruturas burocráticas ou empresariais. Se muitos gracejam quando se ouve o "milagre econômico" que precedeu a crise do petróleo, ninguém poderá recusar a nova dimensão assumida pelo Brasil no cenário político e econômico mundial. O mal é que nosso crescimento se deu *pari passu* com uma política de empréstimos externos criticável".

SÍLVIO HECK

Em depoimento publicado pela *Folha de SP*, o Almirante Sílvio Heck afirma que o movimento iniciado em 64 não está encerrado e adverte: "Ousem ultrapassar os limites do tolerável e verificarão que o 31 de março não acabou. A naliando o Governo Jango, o Almirante fala em "moldura ativa de agitações indiscriminadas, quebra de disciplina, greves gerais criminosas, organização de grupos pára-militares, enfim, situação próxima à guerra civil". No final, afirma: "Não temos ilusões de que os adversários de hoje, de exigência em exigência, chegarão à mais ousada: a Constituinte, outrora com Lenine e, na época própria, com algum Kerensky brasileiro disponível".